

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE CONTABILIDADE
AMBIENTAL DOS CONTABILISTAS DE TEUTÔNIA**

Tatiane Mileidi Orso

Lajeado, maio de 2015

Tatiane Mileidi Orso

**ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE CONTABILIDADE
AMBIENTAL DOS CONTABILISTAS DE TEUTÔNIA**

Monografia apresentada na disciplina de Projeto Supervisionado II, do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univates, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Alexandre André Feil

Lajeado, maio de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, que me apoiaram, me deram força e me guiaram para este caminho de realização e sucesso. A minha mãe, pelos cuidados e pela preocupação com o meu bem-estar e ao meu pai (em memória), por todo o apoio, carinho e experiência de vida.

Ao meu namorado, Lucas Bueno, que me acompanhou, me apoiou em todas as dificuldades e me incentivou a sempre seguir em frente com determinação e esforço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois somos guiados pela fé.

Agradeço aos meus pais, Edevino (em memória) e Isolde, pela oportunidade de realizar este sonho, pois nunca me faltou nada. Agradeço pela paciência, pelo incentivo, pelo amor incondicional mesmo quando a minha falta de paciência e o meu mau humor tomavam conta do ambiente.

Ao meu namorado Lucas, por me apoiar em todos os obstáculos encontrados durante esta caminhada. Com carinho, paciência e compreensão, aturou todo meu mau humor e minha ausência. Agora é a tua vez!

Aos meus irmãos, cunhadas e cunhados que fizeram parte desta caminhada não me deixando desistir e incentivando a realização deste sonho.

Aos meus amigos, pelo apoio e pelas “distrações” proporcionadas, mantendo minha vida social durante a faculdade, por permanecerem ao meu lado, sempre me apoiando e incentivando. Aos meus colegas de curso, que se tornaram amigos também, que compartilharam das mesmas aflições do início da faculdade e, conseqüentemente, das aflições quanto às entregas das nossas monografias. Conseguimos!

Agradeço a todos os professores da Univates pelos seus ensinamentos e pelo compartilhamento de experiências, aperfeiçoando o nosso entendimento quanto às responsabilidades que teremos na vida profissional.

Agradeço à dedicação e ao empenho do meu orientador, Prof. Me. Alexandre André Feil, por me auxiliar e por sempre me estimular a desenvolver esta monografia com o maior empenho e dedicação possível.

*“Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”*
(Mário Quintana).

RESUMO

Os contabilistas carecem de conhecimento sobre contabilidade ambiental; a qualificação profissional é uma ferramenta fundamental para que, além de escriturar e mensurar os interesses das empresas, os contabilistas também possam auxiliá-las a praticarem a política de conservação do meio ambiente. Neste sentido, este estudo vincula-se à contabilidade ambiental, delimitando-se na utilização do conhecimento do profissional contabilista, assim como sua contabilização e das leis, normas e resoluções da área ambiental. O problema de pesquisa compreende: Qual é o grau de conhecimento e as variáveis intervenientes que influenciam no entendimento da contabilidade ambiental dos contabilistas? O objetivo geral é identificar o nível de conhecimento e suas variáveis intervenientes da contabilidade ambiental para o entendimento do compromisso do contabilista em relação ao meio ambiente. A metodologia é quantitativa, causal e utiliza-se de ferramentas da estatística, como a estatística descritiva e a correlação de *Spearman*. A coleta de dados realizou-se através da aplicação de 47 questionários com contabilistas registrados no CRC-RS da cidade de Teutônia. Foi constatado que 70% dos contabilistas não participam de eventos, palestras e seminários sobre contabilidade ambiental e possuem baixo conhecimento sobre ativos e passivos ambientais. Os resultados obtidos demonstram que a maioria (57% dos contabilistas) possui conhecimento insuficiente e pouco suficiente sobre contabilidade ambiental. Os resultados revelados pela correlação de *Spearman* demonstram que o alto nível de desconhecimento dos contabilistas se deve ao baixo percentual de interesse e tempo dedicado à contabilidade ambiental. Pode-se classificar como baixo o nível de conhecimento dos contabilistas de Teutônia em relação à contabilidade ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Nível de conhecimento. Legislação ambiental. Correlação de *Spearman*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Questões relativas ao contato dos contabilistas com a contabilidade ambiental	54
Figura 2 - Questões relativas ao contato dos contabilistas com a contabilidade ambiental	56
Figura 3 - Questões relativas ao conhecimento sobre a legislação federal em contabilidade ambiental	58
Figura 4 - Questões relativas ao conhecimento sobre a legislação federal em contabilidade ambiental	59
Figura 5 - Questões relativas ao conhecimento sobre o CFC referente a questões ambientais	61
Figura 6 - Questões relativas ao conhecimento sobre o CPC referente a questões ambientais	62
Figura 7 - Questões relativas ao conhecimento em contabilidade ambiental	63
Figura 8 - Questões relativas ao conhecimento em contabilidade ambiental	65
Figura 9 - Questões relativas ao conhecimento em contabilidade ambiental	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Questões relativas ao perfil do contabilista	52
Gráfico 2 - Média das questões 16 a 38, exceto a questão 19.	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recorte da tabulação dos dados, referente ao Apêndice C	44
Tabela 2 – Recorte da correlação de <i>Spearman</i> , referente ao Apêndice D	69

LISTA DE ABREVIATURAS

ACV -	Avaliação do Ciclo de Vida
AIA -	Avaliação do Impacto Ambiental
AMVAT -	Municípios do Vale do Taquari
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CNUMAD -	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
CPC -	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC -	Conselho Regional de Contabilidade
CTN -	Código Tributário Nacional
DVA -	Demonstração do Valor Adicionado
EA -	Estudos Ambientais
EAE -	Educação Ambiental Empresarial
EIA -	Estudos de Impactos Ambientais
GEE -	Gases do Efeito Estufa
GRA -	Gerenciamento de Riscos Ambientais
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS -	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ISAR -	<i>International Standards of Accounting and Reporting</i>
ISO -	<i>International Organization for Standardization</i>
NBC T -	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

NBC TA -	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica à Auditoria
NBC TG -	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
PNMA -	Política Nacional do Meio Ambiente
RA –	Rotulagem Ambiental
RIMA –	Relatório de Impacto Ambiental
SGA -	Sistema de Gestão Ambiental
UFPE -	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema	16
1.2 Delimitação do tema	16
1.3 Problema de pesquisa	16
1.4 Objetivos	16
1.4.1 Objetivo geral	17
1.4.2 Objetivos específicos.....	17
1.5 Justificativa.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Origem e evolução da contabilidade ambiental	19
2.2 Legislações e normas vigentes sobre contabilidade ambiental	24
2.3 A contabilidade ambiental nas empresas	30
2.4 Conhecimentos dos contabilistas sobre a contabilidade ambiental	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1 Tipos de pesquisa	37
3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema	38
3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico	38
3.1.3 Caracterização quanto ao objetivo geral	40
3.2 População e a amostra da pesquisa	40
3.3 Planos de coleta de dados	41
3.4 Tratamento e análise dos dados coletados	42
3.5 Limitações do método	48
4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA.....	49
5 RESULTADO E ANÁLISE	51
5.1 Resultados da aplicação do questionário.....	51
5.2 Resultados estatísticos e análises	68
6 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS.....	75

APÊNDICES	81
APÊNDICE A – Questionário adaptado para este estudo	82
APÊNDICE B – Levantamento de dados	88
APÊNDICE C – Tabulação dos dados	90
APÊNDICE D - Correlação de <i>Spearman</i>.....	96

1 INTRODUÇÃO

Os problemas de degradação do meio ambiente surgiram com a revolução industrial e tecnológica a partir da década de 1850; e, a partir deste evento a população despertou para a conscientização quanto à exploração dos recursos naturais.

Os humanos, envolvidos pela globalização, afetam de forma inevitável o meio ambiente. A contabilidade, assim como outras profissões na área da economia e da comunicação, pode auxiliar as empresas quanto à preservação do meio ambiente. O avanço tecnológico deve ser ministrado com consciência, pois os impactos ambientais, muitas vezes, são irreversíveis. A profissão contábil está se adaptando ao avanço tecnológico; essa profissão de extrema importância para as empresas pode auxiliá-las a produzir, desenvolver seus produtos, alcançar o retorno desejável e a preservar o meio ambiente.

A contabilidade é uma ciência social e vem se tornando cada vez mais essencial para as empresas. É preciso que estas entendam o quanto antes que a contabilidade societária possui ferramentas capazes de deixar em harmonia as instituições e o meio ambiente.

A contabilidade ambiental objetiva direcionar o sistema de informações que a contabilidade societária utiliza na mensuração e divulgação dos registros contábeis quanto aos impactos ambientais causados pelas empresas (RIBEIRO, 2005). A gestão otimizada da contabilidade ambiental pode trazer lucros para as empresas sem deixar a responsabilidade social de lado. Com o uso adequado das informações

ambientais previnem-se passivos ambientais e com isso não se sacrifica os resultados da empresa (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A divulgação das informações ambientais é importante para as empresas visto que os *stakeholders* fazem uma análise das empresas que pretendem investir. (RIBEIRO, 2005). A boa imagem das empresas e a preocupação com o meio ambiente podem abrir portas para novos mercados investidores (RIBEIRO, 2005).

Portanto, é desejável que os profissionais da área contábil também demonstrem interesse, tenham conhecimento e estejam aptos para encarar esta nova visão da contabilidade. Eis que surge o desafio aos profissionais da área contábil, de ter a consciência de incluir a contabilidade ambiental na estrutura e assim ajudar a classe empresarial a alcançar o objetivo econômico e também ambiental das organizações.

Os profissionais da contabilidade devem usar suas ferramentas para que as informações sejam claras e precisas; como o Balanço Social, por exemplo, onde as informações são direcionadas à parte social das entidades e mostra que as empresas não estão preocupadas apenas com o lucro, mas também com o bem comum da sociedade e do meio ambiente.

A contabilidade ambiental surge como um alerta para as empresas e tende a mostrar como reverter a degradação ambiental, e desta forma minimizar os impactos e futuros custos.

O conhecimento dos contabilistas da área ambiental é extremamente baixo, essa falta de conhecimento pode ser atribuída à falta de interesse ou informação em relação à área ambiental ou ao desinteresse em participar de eventos da contabilidade ambiental (MACIEL et al. 2009; MARTENDAL et al., 2011; SILVA, RIOS, 2014). Neste contexto, se apresentam informações em relação ao tema, delimitação do tema, problemas de pesquisa, objetivos e a justificativa deste estudo.

1.1 Tema

O setor empresarial vem passando por mudanças na sua gestão, causadas, por exemplo pelo avanço tecnológico e degradação do meio ambiente; surge então a necessidade dos Contabilistas ampliarem seus conhecimentos em relação à contabilidade ambiental. Neste contexto, o tema desta pesquisa adere-se a contabilidade ambiental.

1.2 Delimitação do tema

O tema delimita-se no entendimento sobre o conhecimento do contabilista sobre a contabilidade ambiental, assim como sua contabilização e das leis, normas e resoluções da área ambiental, dos contabilistas de Teutônia, RS, no ano de 2015.

1.3 Problema de pesquisa

As questões ambientais estão se tornando cada vez mais relevantes para o mundo dos negócios. É necessário ter consciência sobre a degradação ambiental e os problemas que isso pode trazer para as empresas (TINOCO; KRAMER, 2011). As empresas necessitam de informações sólidas para operarem com menor impacto ambiental possível. Neste sentido, o conhecimento dos profissionais da área contábil sobre a contabilidade ambiental é essencial.

Os contabilistas têm por objeto o estudo e análise do patrimônio da entidade; desta forma, cabe a estes ajudarem as empresas nessa questão ambiental para poderem preservar esse patrimônio que é de todos (FERREIRA, 2003). Portanto torna-se necessário que os contabilistas estejam preparados para auxiliar seus clientes quanto à questão ambiental.

Nesta lógica, este estudo tem como problema de pesquisa: Qual é o grau de conhecimento e as variáveis intervenientes que influenciam no entendimento da contabilidade ambiental dos contabilistas?

1.4 Objetivos

Os objetivos estão segmentados em objetivo geral que apresenta o foco teórico deste trabalho e os objetivos específicos que apresentam a parte prática, de maneira a responder corretamente o problema de pesquisa.

1.4.1 Objetivo geral

Identificar o nível de conhecimento e suas variáveis intervenientes da contabilidade ambiental para o entendimento do compromisso do contabilista em relação ao meio ambiente.

1.4.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos compreendem em:

- a) analisar e interpretar dados pertinentes ao conhecimento dos contabilistas acerca da contabilidade ambiental
- b) identificar o nível de conhecimento sobre a ISO 14000;
- c) identificar o nível de conhecimento sobre o CPC 16;
- d) identificar o nível de conhecimento sobre a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98);
- e) identificar o nível de conhecimento sobre a NBC T15;
- f) comparar os resultados revelados, nesta pesquisa, com outros estudos nacionais realizados nos últimos 10 anos.

1.5 Justificativa

A questão ambiental está cada vez mais explícita para a população em geral. É necessário estar ciente que possíveis investidores, fornecedores e clientes estão atentos a essa questão e analisam quando uma empresa está preocupada com o bem

estar da humanidade ou apenas com o seu retorno financeiro (GARCIA; OLIVEIRA, 2009).

A sociedade sofreu mudanças conjunturais com o aumento expressivo da industrialização, do consumo, da produção e do aumento populacional (MACIEL et al., 2009). Com essas mudanças tornou-se essencial para as empresas, para o governo e para a sociedade em geral ter reconhecimento do impacto causado pelas empresas no meio ambiente (MACIEL et al., 2009).

A preocupação global com a sustentabilidade ambiental, sobretudo no Brasil, que possui muitos recursos naturais e tem perspectivas de desenvolvimento econômico, torna a pesquisa relevante (MACIEL et al., 2009). A contabilidade surge como uma ferramenta para auxiliar os gestores na tomada de decisões com a finalidade de garantir a sustentabilidade em seus projetos empresariais (MACIEL et al., 2009).

Devido a essa preocupação, os profissionais da contabilidade necessitam ter conhecimento sobre contabilidade ambiental para não apenas escriturar e mensurar os interesses das empresas, mas também auxiliá-las a praticarem essa política de conservação do meio ambiente. É importante que os contabilistas tenham conhecimento das leis e normas para que possam passar informações relevantes aos seus clientes.

Este estudo justifica-se para o acadêmico pesquisador pelo despertar do interesse para ampliar o conhecimento sobre a contabilidade ambiental e saber o preparo dos contabilistas para auxiliar as empresas neste aspecto.

A instituição de ensino pode utilizar como fonte de pesquisa este estudo que apresenta, além da base teórica sobre contabilidade ambiental, os resultados de um levantamento de dados, especificamente com contabilistas de Teutônia/RS.

Aos profissionais da contabilidade, este trabalho traz um assunto relevante na área contábil, o que pode servir de estudo e base para que os profissionais estejam informados sobre a importância da contabilidade ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta uma revisão dos conceitos de contabilidade ambiental, compreendendo a origem e evolução da contabilidade ambiental, legislações vigentes, utilização da contabilidade ambiental nas empresas e sobre o conhecimento dos contabilistas em relação ao tema.

2.1 Origem e evolução da contabilidade ambiental

O aumento da produção em larga escala (devido à Revolução Industrial, no século XVIII), influenciado pelo crescimento populacional, causou um aumento do uso das reservas ecológicas (TINOCO; KRAEMER, 2011). O uso inadequado de pesticidas, a erosão do solo, o crescente problema de abastecimento de água e a destruição da camada de ozônio, entre outros, são problemas causados pelo homem (TINOCO; KRAEMER, 2011). Os mesmos autores ainda destacam que os problemas que a sociedade atual enfrenta advêm da intervenção humana no planeta e ecossistema.

A partir de 1970 a preocupação com o meio ambiente se popularizou, em função da primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo (GARCIA; OLIVEIRA, 2009). Esta conferência de repercussão internacional foi considerada como o passo inicial para que a sociedade tomasse consciência dos problemas ambientais (GARCIA; OLIVEIRA, 2009).

A consciência sobre os problemas ambientais surgiu no século XX quando empresas (com a preocupação da sua imagem negativa em virtude de ser uma

poluidora, e com a finalidade de reverter esse quadro) passaram a investir na diminuição dos impactos ambientais (CALIXTO; FERREIRA, 2005). A sociedade, como um todo, ou seja, os *stakeholders*, com o passar dos anos, evoluíram sua consciência frente ao meio ambiente; desta forma, surge a preocupação com a prevenção e a preservação (GARCIA; OLIVEIRA, 2009).

A contabilidade societária, além da mensuração de valores patrimoniais, no mundo globalizado, também necessita evidenciar e mensurar as informações ambientais de forma rápida e precisa, pois são cada vez mais exigidas pelos *stakeholders* (SILVA; CRUZ, 2007). Segundo os mesmos autores, a contabilidade ambiental é de suma importância neste novo cenário para a continuidade e sobrevivência das empresas.

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD), conhecida também como ECO-92 ou Rio 92 (GARCIA; OLIVEIRA, 2009). Os autores ainda descrevem que a carta 21, criada na ECO-92, trata da necessidade de países e organismos internacionais criarem um sistema que aborde as necessidades sociais, econômicas e ambientais.

O evento Rio 92 e a criação da carta 21 instigaram os órgãos de governos, os contadores, os institutos de pesquisas, entre outros, a estudar o assunto com o intuito de aprimorar os procedimentos e a metodologia contábil em relação ao meio ambiente (FERREIRA, 2003). Este aprimoramento objetiva atender os gestores quanto às informações financeiras sobre meio ambiente relativos às corporações (FERREIRA, 2003).

A implantação em grandes empresas, potencialmente poluidoras, de legislações, normas e procedimentos tecnológicos ocorre para minimizar os impactos ambientais negativos (MARQUES; SCHULTZ; HOFER, 2012). O desafio da contabilidade está na mudança de paradigma, um modelo de contabilidade ambiental que compreenda movimentos econômicos, operativos e ambientais (KRAEMER, 2001).

O atendimento dessa nova realidade social e política pela contabilidade ambiental evoluiu da contabilidade societária (SILVA; RIOS, 2014). A contabilidade ambiental não é uma nova contabilidade, mas sim uma especialização da

contabilidade societária, pois através de um conjunto de informações a contabilidade ambiental relata adequadamente, em termos econômicos e financeiros, as ações que alteram o patrimônio (FERREIRA, 2003).

A contabilidade societária tem finalidade de interpretar, registrar e criar informações para seus usuários, assim como a questão ambiental (KRAEMER, 2001). A contabilidade societária, constantemente, necessita dotar-se de conhecimento e ferramentas para atender aos usuários da informação que podem ser endógenos ou exógenos (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A contabilidade societária integra um setor muito importante do conhecimento e não possui todas as informações necessárias à tomada de decisão, mas dispõe de recursos que lhe permitem registrar dados, levantar posições e apresentar demonstrações do resultado de gestão das empresas (IUDÍCIBUS et al., 2010). O objetivo da contabilidade societária é prover seus usuários em geral do máximo de informações referentes ao patrimônio da entidade e suas mutações (IUDÍCIBUS et al., 2010).

A contabilidade financeira ambiental contabiliza os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos ao meio ambiente (FERREIRA, 2003). A contabilidade financeira ambiental resulta da organização das informações ambientais, que estão inseridas nos registros contábeis das empresas, de modo a atender os Princípios Contábeis (FERREIRA, 2003). A contabilidade financeira ambiental tem como missão a identificação, avaliação e evidenciação de eventos econômico-financeiros que tenham relação com a área ambiental e a sociedade (PAIVA, 2003).

Segundo Paiva (2003), o objetivo da contabilidade financeira ambiental é avaliar o desempenho e tomada de decisão dos usuários da contabilidade em relação à empresa, levando em conta as questões ambientais. A finalidade da contabilidade financeira ambiental é atender as necessidades dos usuários exógenos, portanto, com informações padronizadas (FERREIRA, 2003).

A contabilidade gerencial ambiental verifica como a área de gestão ambiental contribui para o resultado da empresa, não sendo os gestores apenas geradores de custos, mas sim responsáveis pelo resultado (FERREIRA, 2003). A contabilidade gerencial ambiental é utilizada para gerenciar as atividades da empresa, podendo

apresentar os registros da forma que melhor satisfaz os gestores na consecução de seus objetivos (PAIVA, 2003).

A contabilidade gerencial ambiental objetiva gerenciar a emissão de resíduos em suas operações, buscar alternativas de obtenção de energia menos poluente e de menor custo, monitorar a composição das embalagens e dos produtos para evitar problemas com seu descarte (PAIVA, 2003). A finalidade da contabilidade gerencial ambiental é atender os usuários endógenos pela informação contábil, essencialmente aquele responsável pela gestão ambiental (FERREIRA, 2003).

Segundo Paiva (2003, p. 17), contabilidade ambiental é “a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informação que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”. A contabilidade ambiental é o estudo do patrimônio ambiental das empresas e busca fornecer informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2011). O papel fundamental da contabilidade societária é incentivar as corporações a implantar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com o objetivo de preservação do meio ambiente sem esquecer o retorno que esta prática promove (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2011).

A contabilidade social, ou seja, um retrato da realidade econômica e social das empresas pode ser vista como uma especialidade da contabilidade societária que estuda as influências das variações do patrimônio não apenas nas empresas, mas também na sociedade e meio ambiente (MARQUES; SCHULTZ; HOFER, 2012). A contabilidade ambiental se tornou uma peça fundamental na avaliação econômico-financeira das empresas no processo de preservação e proteção ambiental (MARQUES; SCHULTZ; HOFER, 2012).

A responsabilidade social é um conceito dinâmico, visto que as variáveis que a influenciam alteram conforme o tempo e geração (RIBEIRO, 2005). Visto isso, para atender as expectativas das empresas deve-se atender o interesse diversificado do público desde abastecimento de mercado, recursos humanos até a preservação do meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

A contabilidade ambiental tem particularidades que diferem da contabilidade societária, entre as quais a forma como as demonstrações contábeis são abordadas (MACIEL et al., 2009). Segundo Ribeiro (2005), as demonstrações contábeis compreendem a principal forma de comunicação entre a sociedade e a empresa para prestar contas de seu comportamento e da sua situação patrimonial. As empresas podem evidenciar seu envolvimento nas questões ambientais através do balanço social ou relatório da administração, anexos à publicação das demonstrações contábeis (TINOCO; KRAEMER, 2011).

O balanço social evidencia a relação da empresa com a sociedade e o meio ambiente; consiste em uma forma de prestar contas para a sociedade em geral (DIAS; GOMES; SIQUEIRA, 2009). No Balanço Social se apresentam informações que tratam da relação das empresas com o meio ambiente (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009). Ainda, Carvalho e Siqueira (2009) destacam que a divulgação do Balanço Social não é obrigatória no Brasil, mas a sua utilização vem crescendo nas empresas.

O balanço social, de acordo com Tinoco e Kraemer (2011, p. 63), é: “Um instrumento de gestão e informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

A evidenciação das informações ambientais está em conformidade com os objetivos e princípios contábeis, porém a evidenciação dessas informações ainda é algo incomum (MONTEIRO; FERREIRA, 2009). A não divulgação dessas informações aparenta ser desconhecimento ou falta de interesse sobre a responsabilidade social (MONTEIRO; FERREIRA, 2009). Segundo os mesmos autores, as empresas não divulgam as informações ambientais voluntariamente e as que divulgam apenas atendem exigências legais.

A empresa tem a responsabilidade e conscientização de conhecer os gastos relativos ao meio ambiente para efetuar seu gerenciamento e divulgação (PAIVA, 2003). A evidenciação dos gastos mostra o verdadeiro interesse das empresas com a natureza, gerando melhor capacidade informativa nos relatórios contábeis, o que possibilita uma melhor projeção do futuro da empresa (PAIVA, 2003).

A contabilidade ambiental é uma grande aliada das empresas, pois não possui como finalidade resolver os problemas ambientais, mas sim buscar benefícios e saneamentos dos problemas (SILVA; CRUZ, 2007). A contabilidade ambiental possibilita que as empresas estejam de acordo com as normas legais, diminuindo seus gastos, aumentando a rentabilidade e atendendo as necessidades internas e externas (SILVA; CRUZ, 2007). Sendo assim, os contadores e os demais profissionais e cidadãos têm o dever de ajudar a solucionar os problemas ambientais (RIBEIRO, 2005).

Após apresentar a origem e a evolução, descreve-se sobre as legislações vigentes relacionadas à contabilidade ambiental.

2.2 Legislações e normas vigentes sobre contabilidade ambiental

Nesta seção, apresenta-se uma descrição das principais informações sobre a legislação federal, a ISO 14000, as resoluções e normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em relação à contabilidade ambiental.

A contabilidade ambiental, a partir de fevereiro de 1998, passou a ter *status* como nova ferramenta da ciência contábil societária com o término do relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais (TINOCO; KRAEMER, 2011). O relatório citado foi criado pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios da *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) (TINOCO; KRAEMER, 2011).

O ISAR é um grupo de especialistas da área contábil de vários países, criado em 1982, que se dedica à ascensão da conciliação das práticas contábeis em nível corporativo (CALIXTO; FERREIRA, 2005). O ISAR estuda um padrão de informações mínimas necessário sobre meio ambiente que deve constar nos relatórios anuais das empresas (CALIXTO; FERREIRA, 2005).

Segundo Bergamini Júnior (1999), na visão do ISAR os contabilistas não perceberam como os modelos contábeis tradicionais podem ser aplicados nas questões ambientais.

A contabilidade societária deve seguir regras e no Brasil são seguidos os preceitos da legislação societária, Lei nº 6.404/76 conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, e dos princípios e das resoluções emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que regem sobre o registro contábil que deve ser efetuado conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade (HAMMES, 2013).

A Constituição Federal de 1988, com o objetivo de traçar linhas na política nacional de meio ambiente, constituiu o artigo 225 que diz que o meio ambiente saudável constitui-se em um direito dos brasileiros (RIBEIRO, 2005). Riberio (2005) ainda destaca que cabe ao governo e à coletividade a obrigação de preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

O governo federal, estadual e municipal têm o poder de fiscalizar, controlar e regular as empresas, em especial, em relação ao meio ambiente; as leis criadas pelo governo têm poder de mudança quanto ao processo produtivo das empresas, podendo tornar seus custos maiores (HAMMES, 2013). Portanto, ao encontro desta informação vem o Decreto-Lei nº 1.413/75 (que estabelece que as indústrias devem adotar condições para prevenir e corrigir prejuízos da contaminação e poluição do meio ambiente).

A Lei Federal nº 6.803/80 trata do zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, estabelece que áreas destinadas a instalações de indústrias se classificam como de uso predominante industrial ou uso diversificado. A ideia desta lei é de proteção ambiental, pois pode controlar o uso do solo, manutenção de áreas verdes, entre outros, e proteger as zonas circunvizinhas contra possíveis efeitos residuais e acidentais.

A Lei Federal nº 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

Os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) identificam e caracterizam os impactos ambientais; é um instrumento de controle prévio desses impactos causados por empresas com grande potencial de degradação ambiental (CONAMA, 1997). O EIA constituirá o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que tem como objetivo comunicar a sociedade sobre os resultados alcançados no EIA para identificar se a empresa apresenta vantagens ao meio ambiente (CONAMA, 1997). Os gastos necessários para a realização do EIA são de responsabilidade da empresa (RIBEIRO, 2005).

A Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) é uma técnica que identifica os riscos e um instrumento de prevenção de danos ambientais; seu objetivo é definir os efeitos potenciais do desenvolvimento proposto sobre o meio ambiente, sociedade e saúde (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A família ISO 14000 define padrões internacionais que devem ser seguidos por todas as empresas com grande potencial de poluição que acatarem essa norma (RIBEIRO, 2005). A norma ISO 14000 estabelece diretrizes básicas para implementar o SGA, um processo estruturado, genérico e completo que busca melhorias contínuas do desempenho nas empresa e globalmente (RIBEIRO, 2005). A certificação pelas normas ambientais pode ser o primeiro passo para se obter um padrão nos indicadores ambientais (BERGAMINI JUNIOR, 1999).

A ISO 14000 é formada por um conjunto de 28 normas relacionadas ao SGA, mas inicialmente apenas cinco delas foram aprovadas; uma delas é a ISO 14001, uma ferramenta criada para auxiliar as empresas a gerenciar os riscos ambientais como parte de suas práticas habituais (LRQA, 2010). As empresas devem seguir as exigências (que esta norma 14001 traz) como comprometimento da prevenção com a poluição e melhorias contínuas como parte do ciclo normal de gestão ambiental (LRQA, 2010).

A Lei Federal nº 9.605/98 trata especificamente de sanções penais e administrativas para os casos de conduta e atividades lesivas ao meio ambiente, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Conforme disposto nesta Lei, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente se a infração for cometida por interesse ou benefício da empresa. Conforme esta mesma lei, a

responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas se autoras ou participantes do ato lesivo.

A Lei Federal nº 9.605/98 descreve a aplicação da pena pela autoridade competente, sendo que esta observará a gravidade do fato, os antecedentes do infrator e a situação econômica do infrator em caso de multa. Ainda nesta mesma lei, as penas aplicáveis aos infratores são multas, restrição de direito e prestação de serviços à comunidade.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) legisla que as multas calculam-se segundo os critérios do Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/40); as penas restritivas de direito podem ser entendidas como a suspensão parcial ou total das atividades, interdição temporária do estabelecimento, proibição de contratar com o poder público; e a prestação de serviços à comunidade consistirá em custeio de projetos e programas ambientais, manutenção de espaços públicos, contribuição a entidades ambientais e culturais públicas e execução de obras nas áreas degradadas. Após apresentar as leis federais e a ISO 14000, na sequência as normas e resoluções emitidas pelo CFC e CRC.

A resolução nº 1.003/04 foi editada pelo CFC, e aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 15; essa norma trata sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental (CFC, 2004). O objetivo é mostrar para a sociedade o comprometimento e a responsabilidade social das empresas, e orienta os profissionais e as empresas sobre a forma de divulgar as informações de cunho social e ambiental (CFC, 2004).

As informações de natureza social e ambiental podem ser entendidas como a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a relação da empresa com o ambiente externo e com o meio ambiente (CFC, 2004). A demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental devem evidenciar os dados e as informações, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com esta norma (CFC, 2004).

As demonstrações de informações de natureza social e ambiental serão uma ferramenta complementar das demonstrações contábeis, pois devem ser apresentadas para fins de comparação do exercício atual e do ano anterior (CFC,

2004). As informações contábeis contidas nessas demonstrações são de responsabilidade técnica de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e as demonstrações devem ser objeto de revisão por auditor independente (CFC, 2004).

Segundo Martendal et al. (2011), algumas questões que dizem respeito à recuperação e incentivos ao meio ambiente ainda são pouco conhecidas pelos contabilistas, como exemplo, o crédito de carbono e os incentivos do ICMS ecológico.

Crédito de carbono é uma espécie de moeda ambiental, que pode ser conseguida por diversos meios, tais como, projetos que absorvem os Gases do Efeito Estufa (GEE) da atmosfera, reflorestamento, ou uso de energia limpa renovável (MARTENDAL et al., 2011). Empresas que conseguem diminuir a emissão de gases poluentes obtêm esses créditos, podendo vendê-los nos mercados financeiros nacionais ou internacionais (MARTENDAL et al., 2011). As organizações reconheceram na comercialização dos créditos de carbono uma fonte aliada para amortecer os custos ambientais sobre o seu resultado econômico, através das receitas geradas por eles (MARINHO, 2012).

Os créditos de carbono devem ser mensurados de maneira adequada pela contabilidade, pois têm uma contabilização diferente e, como resultado, uma valorização diferente para a empresa (MARTENDAL et al., 2011). Segundo Ribeiro (2005), os créditos de carbono atendem a definição de um ativo intangível e à contabilidade cabe a responsabilidade de fornecer informações acerca dos impactos contábeis que os créditos de carbono provocam no patrimônio da empresa.

O ICMS Ecológico é outro incentivo criado com a intenção de compensar perdas de recursos tributários (MARTENDAL et al., 2011). O ICMS Ecológico, enquanto política orçamentária, age na parcela de receita do ICMS redistribuída pelo Estado aos Municípios, a partir de critérios definidos em Legislação Estadual (OLIVEIRA, 2014). A Constituição Federal (1988) e o Código Tributário Nacional (CTN) definem que uma cota-parte do ICMS sujeito à distribuição pelo Estado aos municípios, seja delegada de acordo com a existência de unidades de conservação devidamente registradas e regulamentadas.

Conforme Uhlmann, Rossato e Pfitscher (2010) apud Martendal et al., (2011), o ICMS Ecológico é uma ferramenta auxiliar da gestão socioambiental; não se trata de um novo tributo, mas sim, da maneira como este é distribuído, cabendo à classe contábil conhecer as particularidades e mensurar os recursos destas atividades.

A NBC T 15 estabelece que nas informações relativas à interação da empresa com o meio ambiente devem ser evidenciados os investimentos e gastos para melhorias do meio ambiente, educação ambiental para empregados, projetos ambientais entre outros (CFC, 2004).

Esta norma ainda estabelece que sejam divulgados os passivos e as contingências ambientais, a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a empresa e o valor das multas e das reparações quanto à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente (CFC, 2004). Além das informações desejáveis a serem divulgadas, a empresa pode acrescentar e detalhar outras se assim achar relevante (CFC, 2004).

A NBC TG 29 foi alterada e consolidada em 2013 como NBC TG 29 (R1), e estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas (CFC, 2013). O reconhecimento de ativos biológicos e produtos agrícolas ocorre somente quando a empresa controla o ativo como resultado de eventos passados, quando possivelmente os benefícios econômicos futuros associados a ativos tiverem resultado para a empresa e quando seguramente conseguir mensurar o valor justo ou custo do ativo (CFC, 2013).

A NBC TA 315 trata da responsabilidade do auditor na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis (NBC TA 315). Condições e eventos podem indicar risco de distorções relevantes, como o “[...] litígio pendente e obrigações contingentes, por exemplo, garantia de vendas, garantias financeiras e reparação ambiental” (CFC, 2014, p. 43). Após descrever as normas e resoluções emitidas pelo CFC e pelo CRC, em seguida aquelas emitidas pelo CPC.

O CPC 16 (R1) tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques, orientando sobre o método e os critérios utilizados para atribuir custos aos estoques. Os estoques que compreendem os produtos agrícolas provenientes dos

ativos biológicos serão mensurados inicialmente pelo seu valor justo deduzido dos gastos com venda e colheita (CPC 16, 2009).

O CPC 25 trata das provisões de ativos contingentes e de passivos contingentes e objetiva aplicação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração apropriados (CPC 25, 2009). Este pronunciamento também estabelece que as informações divulgadas nas notas explicativas devem ser claras o suficiente para o usuário entender sua natureza, oportunidade e valor. O termo contingente é utilizado para ativos e passivos, pois estes não atendem a critérios necessários para seu reconhecimento, ou seja, são incertos em relação ao tempo e ao valor e se os critérios fossem atendidos haveria um ativo e um passivo (MARQUES; SCHULTZ; HOFER, 2012).

O CPC 29 trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas; seu objetivo é estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações dos ativos biológicos e produtos agrícolas (CPC 29, 2009). Ativo biológico pode ser um animal e/ou planta, vivos; já a produção agrícola é o produto derivado de um ativo biológico (CPC 29). Após apresentadas as legislações vigentes sobre contabilidade ambiental, em seguida será abordada a utilização da contabilidade ambiental nas empresas.

2.3 A contabilidade ambiental nas empresas

A consciência ambiental surgiu com o aparecimento dos impactos ambientais e se dissipou com o passar dos anos (TINOCO; KRAMER, 2011). A partir dos anos 80 os gastos com o meio ambiente deixaram de ser considerados como custo para as empresas e passaram a serem vistos como investimento futuro e possível vantagem competitiva (TINOCO; KRAMER, 2011). O cuidado com meio ambiente agrega riqueza à empresa devido à crescente preocupação do consumidor com esse assunto (PAIVA, 2003).

O crescimento constante da população e o desenvolvimento econômico são agravantes da degradação ambiental (KRAEMER, 2001). Segundo Kraemer (2001), as empresas passaram a explorar novas áreas de fabricação de produtos que preservam o meio ambiente, essas empresas são bem vistas pelos consumidores e

investidores. As empresas que possuem grande interesse no mercado globalizado devem deixar claro seu interesse, preocupação e amadurecimento quanto às causas ambientais (PAIVA, 2003).

A interação das empresas com o meio ambiente requer a utilização de instrumentos de comunicação; sendo assim:

As empresas possuem um poderoso instrumento de comunicação entre si, seus fornecedores, clientes, investidores, o fisco, o governo, os concorrentes e a sociedade. Este instrumento, obrigatório para todas as empresas, é a contabilidade, que, por meio de registros e demonstrativos, deve apresentar a posição de seu patrimônio, incluindo bens, direitos, obrigações e resultado de seu funcionamento durante um determinado tempo (CARVALHO, 2007, p.17).

As empresas necessitam anexar a responsabilidade social ao objetivo de obtenção de lucros, pois a responsabilidade social e os impactos ambientais envolvem a sociedade como um todo (KRAEMER, 2001). A inclusão e divulgação de informações ambientais pelas empresas são importantes, pois os investidores querem se proteger e a empresa pode abrir espaço para novos mercados investidores (FERREIRA; BUFONI, 2009).

A contabilidade ambiental, através de parâmetros de mensuração e registros, permite que as empresas acompanhem seu desenvolvimento econômico e patrimonial e a relação com meio ambiente (PAIVA, 2003).

O gerenciamento ambiental é um fator estratégico para a administração das empresas (TINOCO; KRAEMER, 2011). Uma série de atividades deve ser respeitada para um bom gerenciamento, como a conformidade com as leis, prevenção e correção de danos ao meio ambiente, entre outras (TINOCO; KRAEMER, 2011). Segundo Kraemer (2001, p. 27), “a preocupação com o meio ambiente vem alterando profundamente o estilo de administrar”.

A contabilidade ambiental apresenta grandes benefícios para as empresas e para a sociedade, pois pode identificar, alocar e administrar custos particularmente ambientais (SILVA; CRUZ, 2007). A identificação correta desses custos possibilita o uso mais correto dos recursos naturais, o que eleva a política pública (SILVA; CRUZ, 2007).

A contabilidade ambiental é responsável por todas as demonstrações necessárias para subsidiar a tomada de decisão das empresas (SILVA; CRUZ, 2007). Segundo Silva e Cruz (2007, p. 83), “[...] é evidente que a contabilidade é vital para as organizações que querem manter uma gestão ambiental séria e contínua”.

As empresas que não estabelecem um processo preventivo dos gastos, em algum momento podem comprometer o capital com passivos inevitáveis, seja na forma de reparar os danos ao meio ambiente, ou através de multas (PAIVA, 2003). Segundo resultado da pesquisa de Silva e Cruz (2007, p. 85), “os investimentos realizados durante o processo de implantação da contabilidade ambiental e programas ambientais trazem um retorno financeiro à empresa”.

Os benefícios trazidos pela contabilidade ambiental às empresas associam-se à definição dos custos, das despesas operacionais e dos passivos ambientais (TINOCO; KRAEMER, 2011). O fato de não incluir os custos, despesas e obrigações ambientais na divulgação das informações sobre o meio ambiente pode distorcer a situação patrimonial, financeira e os resultados da empresa (TINOCO; KRAEMER, 2011). Após descrever os benefícios que a contabilidade ambiental pode trazer para as empresas, abordam-se os conceitos dos custos, ativos e passivos ambientais.

Segundo Ribeiro (2005), os custos ambientais são todos os gastos que envolvem gerenciamento ambiental, e estes gastos devem ser contabilizados como despesas do exercício em curso. Segundo Ribeiro (2005), custos ambientais são todos aqueles que possuem ligação direta ou indireta com a proteção do meio ambiente. Conforme Tinoco e Kraemer (2011, p. 145), “os custos ambientais são apenas um subconjunto de um universo mais vasto de custos necessários a uma adequada tomada de decisão”.

Os ativos ambientais são definidos como um conjunto de bens adquiridos pela empresa com a finalidade de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2011). Conforme Ribeiro (2005), os ativos ambientais são todos os bens e direitos adquiridos pela empresa com capacidade de gerar benefícios econômicos futuros e que tenham o intuito de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente.

Os passivos ambientais são obrigações de cunho social que as empresas possuem em relação às questões ambientais, geradas devido ao mau controle de suas atividades ao longo das operações (MARQUES; SCHULTZ; HOFER, 2012). De acordo com Tinoco e Kraemer (2011), passivos ambientais são contingências que se formaram ao longo do período e por vezes despercebidas pela administração da empresa. Os passivos ambientais podem ser benefícios econômicos ou resultados utilizados para preservar, proteger e recuperar o meio ambiente devido a ocorrências de má conduta (RIBEIRO, 2005).

Os gastos que as empresas têm com recuperação e prevenção do meio ambiente resultam em passivos ambientais (HAMMES, 2013). A evidenciação das questões ambientais auxilia na tomada de decisão dos gestores, além de oferecer transparência para os investidores, podendo agregar valor à empresa (HAMMES, 2013).

Segundo Paiva (2003), a conscientização e os cuidados com o meio ambiente trazem riquezas para as empresas, mas acabam não evidenciando as informações ambientais:

É provável, no entanto, que grande número de empresas esteja investindo fortemente em prevenção, mas por desobrigação legal, falta de orientação, falta de interesse das empresas ou ainda de modelos de evidenciação a serem seguidos que atendam a todas as categorias de empresas, acabe tolhendo a iniciativa de evidenciar essa prevenção praticada (PAIVA, 2003, p. 142).

As empresas não divulgam suas informações ambientais por receio de evidenciar fraquezas; este receio deveria ser superado, visto que essas informações são partes envolvidas na evolução do conhecimento (RIBEIRO, 2005). Deveriam existir mais iniciativas de inovação por parte dos contabilistas no sentido de mostrar a importância das demonstrações ambientais num contexto geral, respeitando limites e estratégias na exposição pública (RIBEIRO, 2005). O ideal seria que a sociedade pudesse acompanhar a evolução da preservação e proteção ao meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

Segundo Carvalho (2007), vários são os obstáculos que as empresas apresentam para a não evidenciação das informações ambientais. Dentre eles está a ausência de conhecimento da importância da natureza para as empresas. A omissão

das informações contábeis também pode estar relacionada a impactos financeiros na adoção de metodologias limpas, falta de efetividade no cumprimento da legislação ambiental, imagem negativa da empresa pela divulgação de passivos ambientais, entre outros (CARVALHO, 2007).

A divulgação das informações ambientais não é acatada pelas empresas, pois até hoje não são obrigatórias (FURLAN, 2012). A obrigatoriedade das empresas em adotarem um SGA está diretamente ligada à aprovação de uma lei em sentido estrito e que preveja a imposição de sanções e multas para os governantes, administradores e contadores que não elaborarem o Balanço Social (FURLAN, 2012). Sendo assim, depois de apresentar os conceitos dos custos, ativos e passivos ambientais, na próxima seção apresenta-se o conhecimento dos contabilistas sobre a contabilidade ambiental.

2.4 Conhecimentos dos contabilistas sobre a contabilidade ambiental

O nível de conhecimento dos contabilistas do sul e sudeste do estado do Pará em relação à contabilidade ambiental é extremamente baixo (SILVA; RIOS, 2014). A pesquisa de campo, feita com 36 contabilistas atuantes e credenciados no CRC de 12 municípios paraenses, no ano de 2013, revela que a maioria dos contabilistas, cerca de 75%, nunca participou de eventos envolvendo a Contabilidade Ambiental (SILVA; RIOS, 2014).

O conhecimento destes profissionais contábeis pesquisados em relação às leis federais sobre atividades lesivas ao meio ambiente é relativamente baixo, pois a maioria dos contabilistas se manteve indiferente e apenas 33,4% responderam de maneira correta a questão proposta (SILVA; RIOS, 2014). Em relação aos custos ambientais, a maior parte dos entrevistados, 61,1%, respondeu de maneira incorreta a afirmativa “[...] restauração, descontaminação, tratamento de emissão e depreciação de equipamentos são classificados como custos [...]” (SILVA; RIOS, 2014, p. 15).

A afirmação “[...] Estoque, Imobilizado, Diferidos, Provisão para desvalorização, Depreciação Acelerada e *Goodwil*, fazem parte do ativo ambiental [...]” (SILVA; RIOS, 2014, p. 15, grifo nosso) apresentada (em relação aos ativos ambientais) também teve

um número muito baixo de acerto por parte dos profissionais. Responderam corretamente a questão cerca de 38,4%, enquanto o percentual dos que não souberam responder chegou a 61,2% (SILVA; RIOS, 2014). Os dados obtidos em relação à Demonstração do Valor Adicionado (DVA), se esse demonstrativo faz parte do balanço social, refletiu a falta de conhecimento da maioria dos contabilistas; a soma dos que erraram e dos que não souberam responder chegou a 52,8% (SILVA; RIOS, 2014).

O estudo feito com contabilistas de Recife e Caruaru, de Pernambuco, aplicou 78 questionários com alunos de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Contábeis UFPE nos campus de Recife e Caruaru; o objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar qual o grau de conhecimento dos contadores acerca das peculiaridades da contabilidade ambiental (MACIEL et al., 2009). Em relação ao estudo foi constatado um baixo conhecimento desses profissionais, pois 65% não soube responder as perguntas (MACIEL et al., 2009).

O baixo conhecimento foi atribuído à falta de interesse em ler materiais sobre o assunto (48% dos entrevistados nunca tiveram contado com revistas ou livros sobre contabilidade ambiental) ou ao desinteresse em participar de eventos da contabilidade ambiental (88% dos entrevistados nunca participaram de nenhum evento na área) (MACIEL et al., 2009). O estudo realizou vários questionamentos e, dentre eles, a única questão que a maioria (80%) soube responder foi relativa às demonstrações contábeis relacionadas ao meio social e ambiental (MACIEL et al., 2009).

O questionário trouxe como sétima questão a definição e diretrizes do ISO 14000, de grande importância no âmbito empresarial com perspectivas de atitudes ambientalmente saudáveis; o número de respondentes que não souberam responder essa questão foi de 74% (MACIEL et al., 2009).

A maioria (71,64%) dos contabilistas de Florianópolis também não possui conhecimento satisfatório em relação à contabilidade ambiental; a pesquisa foi realizada no ano de 2010 com 150 profissionais de contabilidade, onde apenas 42 contadores responderam o questionário (MARTENDAL et al., 2011).

O conhecimento insatisfatório dos contabilistas de Florianópolis está relacionado à falta de informação e de leituras especializadas e à não participação em

eventos da contabilidade ambiental (MARTENDAL et al., 2011).A maioria dos contabilistas concorda que o conhecimento nesse assunto poderia contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados (MARTENDAL et al., 2011).

A primeira questão proposta por Martendal et al. (2011) trata sobre as ferramentas da gestão ambiental; as respostas evidenciaram que são poucas as ferramentas de gestão ambiental conhecidas pelos contabilistas, sendo as mais conhecidas o EIA (17 profissionais conhecem) e o RIMA (14 profissionais conhecem), e entre as menos conhecidas está a Avaliação do Ciclo de Vida ACV (nenhum profissional conhece) e Rotulagem Ambiental RA (apenas um profissional conhece) (MARTENDAL et al., 2011).

O conhecimento em relação às ferramentas de gestão EIA e RIMA foi considerado baixo; mesmo conhecendo as ferramentas, 50% dos 42 entrevistados consideraram seu nível de conhecimento insuficiente (MARTENDAL et al., 2011).

Os contadores (41,67%) mostraram não ter conhecimento suficiente em relação aos Ativos e Passivos ambientais (MARTENDAL et al., 2011). Em relação à Norma ISO 14000, mais da metade dos contabilistas (51,47%) responderam ter conhecimento insuficiente (MARTENDAL et al., 2011).

As respostas obtidas em relação ao balanço social mostraram que são poucos os contadores que conhecem os procedimentos necessários para a elaboração e divulgação deste relatório socioambiental (MARTENDAL et al., 2011). O maior percentual tem conhecimento regular (33,33%) e o segundo maior possui conhecimento insuficiente (30,95%) (MARTENDAL et al., 2011).

Após apresentar os resultados do conhecimento dos contabilistas sobre contabilidade ambiental, os procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado e a tipologia da pesquisa deve estar associada com o problema (RAUPP; BEUREN, 2009). As pesquisas oferecem referências a vários tipos de objetos e seguem objetivos diferentes; torna-se natural que se busque classificá-las (GIL, 2010).

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia possibilita o objetivo de conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando escolhas a serem seguidas, detectando assim erros e auxiliando nas decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2009).

A seguir apresentam-se os tipos de pesquisa, a população e amostra da pesquisa, os planos de coleta de dados, o tratamento e análise dos dados coletados e as limitações do método.

3.1 Tipos de pesquisa

Raupp e Beuren (2009) descrevem que as tipologias existentes são variadas quanto à forma de identificar os procedimentos metodológicos, mas é preciso refletir sobre as que guardam uma relação mais estreita com o assunto escolhido.

As tipologias compreendem três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos técnicos e quanto ao modo de abordagem do problema (RAUPP; BEUREN, 2009). Neste sentido, na sequência as tipologias de pesquisa citadas, com o intuito de esclarecer as informações relativas a este assunto e deixar claro o porquê

da utilização de cada tipo de pesquisa neste estudo.

3.1.1 Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema

A metodologia quanto à abordagem pode ser classificada em quantitativa e caracteriza-se pelo uso de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados quanto no tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2009). A intenção da pesquisa quantitativa é de garantir a precisão dos resultados, evitar erros de análise e interpretação, possibilitando assim mais segurança quanto às conclusões (RAUPP; BEUREN, 2009).

A abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto na forma de coleta de informações, quanto na análise delas por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). As técnicas estatísticas que podem ser aplicadas vão desde as mais simples como o percentual, a média e o desvio-padrão até as mais complexas como o coeficiente de correlação, a análise de regressão, entre outros (RICHARDSON, 1999).

A classificação, quanto ao modo de abordagem do problema desta pesquisa, é quantitativa. Na análise dos dados também são utilizadas as ferramentas da estatística, como a estatística descritiva, estatística de regressão logística e correlação de *Spearman*. A aderência da pesquisa quantitativa se deve ao fato de realizar-se uma análise objetiva para responder o problema de pesquisa.

3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico

O procedimento técnico de pesquisa de levantamento (ou *survey*) é uma tipologia de pesquisa importante dentro do campo contábil, pois traz informações que podem ser úteis para estudos futuros mais específicos e possibilita mapear a realidade de determinada população ou amostra de empresas no que se refere a questões contábeis (RAUPP; BEUREN, 2009).

Os estudos de levantamento tornam-se muito mais adequados para estudos descritivos que explicativos, não são indicados para o aprofundamento dos aspectos

psicológicos e psicossociais mais complexos, mas têm eficiência quanto a problemas menos delicados, como preferência eleitoral e pesquisa de consumidor (GIL, 2010). O procedimento técnico de levantamento é útil para pesquisas de opinião e de atitude (GIL, 2010).

A solicitação de informações é feita pela interrogação direta a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado e, em seguida, por meio de análise quantitativa, obtém-se as conclusões referente aos dados coletados (GIL, 2010). Os dados referentes a este tipo de pesquisa podem ser coletados de uma amostra de determinada população ou universo que se deseja conhecer (RAUPP; BEUREN, 2009).

O questionário é um conjunto de questões que serão respondidas por escrito pelos pesquisados (GIL, 2010). A formulação do questionário fundamenta-se em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos (GIL, 2010). O questionário é a forma mais rápida e barata de obtenção de informações (GIL, 2010).

O questionário pode ser composto por questões abertas e fechadas, sendo as abertas as que permitem que os pesquisados respondam livremente, usando linguagem própria e emitindo opinião se assim acharem necessário (COLAUTO; BEUREN, 2009). As questões fechadas apresentam aos pesquisados um conjunto de alternativas de respostas para que os mesmos escolham a que melhor evidencia seu ponto de vista (COLAUTO; BEUREN, 2009).

O procedimento de levantamento (ou *survey*) foi escolhido para esta pesquisa, pois o levantamento dos dados e informações será feito por meio de um questionário aplicado diretamente aos contabilistas. O questionário é o procedimento que pode trazer com maior exatidão a resposta do problema de pesquisa, pois ele traduz os objetivos específicos desta pesquisa. A maneira de coleta é através de um questionário fechado (onde o respondente apenas marcará a resposta previamente estabelecida).

3.1.3 Caracterização quanto ao objetivo geral

A tipologia quanto ao objetivo geral do presente estudo classifica-se como causal, pois tem como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos (GIL, 2010). As pesquisas causais são as que mais aprofundam o conhecimento com a realidade, pois o seu objetivo é esclarecer a razão e o porquê das coisas (GIL, 2010).

Ao comparar as pesquisas exploratórias e descritivas com as pesquisas causais pode-se perceber que a pesquisa causal integra estudos mais aprofundados pela necessidade de explicar os determinantes na ocorrência de fenômenos (RAUPP; BEUREN, 2009). A relevância da pesquisa causal está no grau de perfeição e de detalhamento com que esse tipo de pesquisa busca responder a questão-problema (RAUPP; BEUREN, 2009).

A pesquisa classifica-se como causal, pois explicam-se as causas de ocorrência de fenômenos; estes fenômenos aderem-se aos fatores que determinam ou influenciam no grau de conhecimento dos contadores quanto à contabilidade ambiental. O estudo é de caráter causal, pois o estudo necessita de resultados detalhados e perfeitos para que as conclusões sejam precisas em relação aos objetos do estudo.

Após descrever a classificação dos tipos de pesquisa e sua aderência ao estudo, apresenta-se a população e amostra da pesquisa.

3.2 População e a amostra da pesquisa

A população ou universo da pesquisa é um conjunto de elementos distintos que possuem equivalência nas características definidas para determinado estudo (COLAUTO; BEUREN, 2009). Já a amostra é uma parcela, considerada suficiente, da população selecionada do universo a ser pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2009).

O procedimento técnico de levantamento abrange um universo de elementos

muito grande, o que torna impossível considerá-los em sua totalidade; devido a esse motivo, o mais comum é trabalhar com uma amostra dos elementos que compõem o universo (GIL, 2010). Quando a amostra é selecionada com rigor, é possível obter resultados que se aproximam muito daqueles que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos da população (GIL, 2010).

A população desta pesquisa compreende 117 contabilistas com registro no CRC-RS pela cidade de Teutônia/RS. Uma amostra de 47 contabilistas, cerca de 40% da população existente, foi visitada e concordou em responder o questionário proposto. Após apresentadas a população e a amostra da pesquisa, na sequência os planos de coleta de dados.

3.3 Planos de coleta de dados

A coleta de dados é a etapa da pesquisa onde se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas (MARCONI; LAKATOS, 2009). Os instrumentos de pesquisa são entendidos como padrões e métodos que o cientista deve utilizar para mostrar o caminho, de forma lógica e sistemática (COLAUTO; BEUREN, 2009). A coleta de dados pode ocorrer através da utilização de técnicas de interrogação, como o questionário, a entrevista e o formulário (GIL, 2010).

A tipologia de levantamento (ou *survey*) foi utilizada neste estudo, assim como o instrumento de pesquisa foi o questionário, este foi aplicado aos contabilistas da cidade de Teutônia, no período de janeiro a fevereiro de 2015. As questões do questionário que foi utilizado nesta pesquisa adaptou-se de Maciel et al. (2009), Martendal et al. (2011), Silva e Rios (2014) (APÊNDICE A).

O questionário possui somente questões fechadas de múltipla escolha e foi entregue aos contabilistas pessoalmente em envelope aberto e por meio eletrônico de comunicação, sem a presença do pesquisador, foi proposto o prazo de uma a duas semanas para os contabilistas responderem o questionário. O questionário foi entregue dia 23/01/2015 para os 47 contabilistas; parte dos questionários foi recolhido dia 30/01/2015 e o restante dia 06/02/2015. Após apresentar os planos de coleta de dados, serão apresentados o tratamento e análise dos dados coletados.

3.4 Tratamento e análise dos dados coletados

A análise dos dados envolve diversos procedimentos como a codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos (GIL, 2010). Juntamente com a análise dos dados pode ocorrer sua interpretação, que consiste em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, derivados de teorias ou de estudos realizados anteriormente (GIL, 2010).

A análise dos dados deve ocorrer de forma sistematizada; espera-se que o pesquisador consiga extrair dos dados as informações que sustentem um raciocínio conclusivo sobre o problema proposto no trabalho (COLAUTO; BEUREN, 2009). Na fase de interpretação dos dados deve existir uma correlação dos dados encontrados com a base teórica que sustenta a pesquisa (COLAUTO; BEUREN, 2009).

A apresentação dos dados facilita ao leitor a interpretação e compreensão desses dados (MARCONI; LAKATOS, 2009). Os dados podem ser representados por tabelas, gráficos ou quadros (MARCONI; LAKATOS, 2009).

As tabelas ou os quadros são métodos estatísticos e sistemáticos de apresentar os dados (MARCONI; LAKATOS, 2009). A tabela é montada com os dados levantados pelo próprio pesquisador em números absolutos e/ou percentuais (MARCONI; LAKATOS, 2009). O quadro é construído tendo como base dados secundários, ou seja, obtidos de outras fontes como o IBGE, livros e revistas; devido a isso, a transcrição literal dos dados necessita de indicação de fonte e data (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Os gráficos são figuras que servem para representar os dados, podem evidenciar aspectos visuais dos dados de forma clara e de fácil compreensão (MARCONI; LAKATOS, 2009).

A palavra estatística deriva do seu uso em negócio do Estado, constitui uma parte da matemática aplicada e seu objetivo é extrair conclusões sobre uma população com o uso de dados coletados de uma amostra ou população (NESPOLI et al., 2007).

A estatística representa algo mais que um conjunto de números e grandes arquivos de dados, pois oferece uma perspectiva sobre como visualizar os dados e, ao mesmo tempo, sobre como difundir informações referentes a esses dados de maneira eficaz e eficiente (WITTE; WITTE, 2005).

A estatística está relacionada aos métodos científicos para coleta, organização, resumo, apresentação e análise de dados; a estatística também auxilia na obtenção da conclusão e tomada de decisão baseadas em tais análises (SPIEGEL; STEPHENS, 2009).

O coeficiente de correlação de *Spearman* é uma medida padronizada da força de relacionamento entre duas variáveis independentes das hipóteses de um teste paramétrico (FIELD, 2009). O coeficiente de correlação de *Spearman* é o coeficiente de correlação de Pearson calculado para dados que foram convertidos em postos (FIELD, 2009).

Os estudiosos da estatística inventaram vários testes e métodos que são independentes das distribuições populacionais e dos parâmetros associados; esses testes e métodos foram chamados de testes não-paramétricos (SPIEGEL; STEPHENS, 2009).

Os testes não paramétricos podem ser utilizados como substitutos abreviados de testes mais complicados e também podem ser usados para medir a correlação entre duas variáveis (SPIEGEL; STEPHENS, 2009).

A correlação de *Spearman* é adequada para dados não paramétricos, ou seja, medidas nominais e escalares (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004). O coeficiente resultante da correlação de *Spearman* enquadra-se entre -1 e 1; além disso, pode-se avaliar a intensidade desta correlação como baixa quando estiver entre 0,20 e 0,39, moderada se estiver entre 0,40 e 0,59 e forte se estiver acima de 0,59 (MITRA; LANFORKD, 1999).

Após a coleta dos dados necessários (TABELA 1), estes são tabulados e organizados através do *Software Microsoft Office Excel* e *Word* onde lhes é atribuído um valor numérico para cada alternativa de cada questão (APÊNDICE B) de forma que possibilite o uso destas informações no *Software IBM SSPS STATISTIC 21*.

Com base nesta tabulação e análise dos resultados é possível identificar o perfil e o nível de conhecimento dos contabilistas sobre contabilidade ambiental. Também pode-se identificar os dados estatísticos relacionados às correlações de *Spearman* para analisar o grau de significância de tais correlações e compará-las com os resultados de outros estudos.

Tabela 1 – Recorte da tabulação dos dados, referente ao Apêndice C

QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO
Perfil socioeconômico	
Q1: Idade do(a) contabilista:	20 a 30 anos = 1 31 a 40 anos = 2 41 a 50 anos = 3 51 a 60 anos = 4 Mais de 60 anos = 5
Q2: Qual o sexo do(a) contabilista:	Feminino = 1 Masculino = 2
Q3: Atuação profissional:	Escritório de contabilidade próprio = 1 Empregado na área contábil = 2 Autônomo = 3 Não atua na área contábil = 4
Q4: Professa alguma religião?	Católico = 1 Evangélico luterano = 2 Evangélico cristão = 3 Evangélico quadrangular = 4 Outra religião = 5 Nenhuma religião = 6
Q5: Quem além de você constitui o seu grupo familiar?	Cônjuge = 1 Cônjuge e filhos = 2 Filhos e pais = 3 Vive sozinho = 4 Nenhuma opção anterior = 5
Q6: Qual sua formação?	Contador = 1 Técnico contábil = 2
Q7: Formou-se em instituição de ensino:	Pública = 1 Privada = 2
Q8: Há quanto tempo concluiu a sua graduação?	Recém-formado = 1 1 a 5 anos = 2 6 a 10 anos = 3 11 a 20 anos = 4 Mais de 20 anos = 5
Q9: Kursou disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental?	Sim, na graduação = 1 Sim, no curso técnico = 2 Não cursei = 3 Sem condições de opinar = 4
Q10: Já participou de eventos, palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental?	Sim = 1 Não = 2
Q11: Já leu ou teve contato com materiais, livros, revistas, etc. na área de contabilidade ambiental?	Sim = 1 Não = 2

(Continua...)

(Continuação)

QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO
Perfil socioeconômico	
Q12: A literatura existente sobre contabilidade ambiental aborda o assunto de forma objetiva e clara?	Sim, em sua maioria = 1 Sim, em sua minoria = 2 Não, em sua maioria = 3 Não, em sua minoria = 4 Sem condições de opinar = 5
Q13: Como o/a contabilista mantém-se informado/a quanto a notícias e atualidades da contabilidade ambiental?	Internet = 1 Revistas = 2 Jornais = 3 Televisão = 4 Colegas = 5 Outros = 6
Q14: O/A contabilista está ampliando seus conhecimentos?	Cursos e palestras = 1 Graduação = 2 Pós-graduação = 3 Mestrado = 4 Doutorado = 5 Não está ampliando seus conhecimentos no momento = 6
Q15: Quanto tempo do seu trabalho o/a contabilista dedica à contabilidade ambiental?	0 a 1 dia por semana = 1 2 a 3 dias por semana = 2 Mais de 3 dias por semana = 3 Não dedica tempo algum = 4
Questões sobre legislação federal	
Q16: Qual o seu nível de conhecimento sobre o decreto lei 1.413/75 que estabelece que as indústrias devam adotar condições para prevenir e corrigir prejuízos da contaminação e poluição do meio ambiente?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q17: Qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 6.803/80 que trata do zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q18: Qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 6.938/81 que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5

(Continua...)

(Continuação)

QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO
Questões sobre legislação federal	
Q19: Quais das ferramentas de gestão ambiental o/a senhor (a) conhece? Obs. Somente nesta questão pode selecionar mais de uma opção ou nenhuma.	SGA = 1 EA = 2 ACV = 3 EIA = 4 RIMA = 5 RA = 6 GRA = 7 EAE = 8 RIMA/RA/GRA = 9 SGA/GRA = 10 SGA/EAE = 11 ACV/RIMA = 12 EA/GRA = 13 EIA/RIMA = 14 GRA/EAE = 15 SGA/EA/EIA/RIMA/GRA = 16 EIA/GRA = 17 SGA/EIA/GRA = 18
Q20: Avalie o seu nível de conhecimento acerca das ferramentas como EIAS (estudos de impactos ambientais), bem como, sobre os TIMAS (relatórios de impactos ao meio ambiente), solicitadas às empresas cujas atividades caracterizam-se como potencialmente poluidoras.	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q21: Qual o seu nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da norma ISO 14000 (norma de certificação ambiental)?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q22: Qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 9.605/98, que trata especificamente de sanções penais e administrativas para os casos de conduta e atividades lesivas ao meio ambiente, conhecida como lei de crimes ambientais?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Conhecimento sobre CFC	
Q23: A resolução 1.003/04 foi editada pelo CFC, e aprovada a norma brasileira de contabilidade (NBC) T15. Essa norma trata sobre informações de natureza social e ambiental. Qual seu nível de conhecimento sobre essa norma?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q24: A NBC TG 29 foi alterada e consolidada em 2013 como NBC TG 29 (R1) e estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Qual o seu nível de conhecimento sobre esta norma?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q25: Qual o seu nível de conhecimento sobre a NBC TA 315 que trata da responsabilidade do auditor na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5

(Continua...)

(Continuação)

QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO
Conhecimento sobre CPC	
Q26: Qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 16 (R1) que tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q27: Qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 25 que trata das provisões dos ativos contingentes e de passivos contingentes?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q28: Qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 29 que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Conhecimento em contabilidade ambiental	
Q29: Qual o seu nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q30: O impacto ambiental pode ser positivo (trazer benefícios) ou negativo (adverso), e pode proporcionar ônus ou benefícios sociais. Avalie o seu nível de conhecimento a respeito dos procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente.	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q31: Qual o seu nível de conhecimento sobre a mensuração de passivos ambientais?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q32: Qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos ativos ambientais?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q33: Avalie o seu nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas.	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q34: Qual o seu nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q35: Qual o seu nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS ecológico?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5

(Continua...)

(Conclusão)

QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO
Conhecimento em contabilidade ambiental	
Q36: Avalie o seu nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / <i>goodwill</i>).	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q37: Como o (a) senhor (a) avalia a contribuição da ciência contábil para a sustentabilidade e gestão ambiental?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Q38: Qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos custos ambientais?	Insuficiente = 1 Pouco suficiente = 2 Regular = 3 Suficiente = 4 Excelente = 5
Todas as questões	Para as alternativas que não tiveram resposta = 0

Fonte: Da autora (2015).

3.5 Limitações do método

Segundo Vergara (2007), todo método tem possibilidades e limitações; é saudável antecipar-se às críticas que o leitor poderá fazer ao trabalho, explicitando as limitações que o método oferece, mas que ainda assim o justificam como o método mais apropriado à finalidade da investigação.

Algumas variáveis interferiram no processo de coleta e análise, como o prazo para a coleta dos dados, o baixo número de contabilistas encontrados, a veracidade dos dados coletados e a correlação estabelecida com outros artigos científicos. Desta forma, se o prazo para a coleta de dados e o número de pesquisados fosse maior, seria possível identificar outros pontos relevantes neste estudo. Os resultados explicam os contabilistas da amostra da pesquisa, não se tem a intenção de explicar o universo da população.

4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

Este capítulo tem por finalidade apresentar a caracterização da pesquisa, descrever onde os questionários foram aplicados, algumas características do município de Teutônia, da profissão contábil e dos profissionais da área contábil.

O município de Teutônia foi emancipado em 24 de maio de 1981, possui uma área de 179,17 km², está localizado no Vale do Taquari e sua população é de aproximadamente 25 mil habitantes (TEUTÔNIA, Prefeitura Municipal..., 2015). A cidade de Teutônia é a segunda maior economia entre os 39 municípios filiados à Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), de acordo com o índice de retornos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (TEUTÔNIA, Prefeitura Municipal..., 2015).

A base da economia do município é a agropecuária, destacando-se a produção de leite e o cultivo de milho e soja, entre outros. O setor coureiro também é bastante desenvolvido na cidade (TEUTÔNIA, Prefeitura Municipal..., 2015). O município de Teutônia possui 17 escritórios de contabilidade.

Os escritórios de contabilidade visitados prestam serviços, em sua maioria, para as empresas do município, mas também para empresas de outros municípios. Os serviços prestados pelos escritórios contábeis são de contabilidade e assessoria, mas alguns auxiliam seus clientes com outros serviços como administração de empresas e gestão de negócios, pois possuem em seu quadro de colaboradores diversas formações profissionais. Foram visitados estabelecimentos com diferentes portes e atividades empresariais, Escritórios de Contabilidade, Cooperativas, Instituição Bancária e Associação.

Os profissionais dos escritórios foram bem receptivos e, em primeira instância, todos concordaram em responder o questionário; das empresas visitadas apenas uma não aceitou participar da pesquisa.

Os contabilistas de Teutônia representam uma classe de trabalhadores com muitos compromissos e com pouco tempo disponível para atender assuntos que não estejam ligados ao trabalho rotineiro, mas apesar disso apenas 5 profissionais dos visitados não puderam responder o questionário desta pesquisa.

Pode-se perceber que alguns escritórios têm suas atividades continuadas pelos filhos dos fundadores, alguns fundadores ainda estão presentes nos escritórios auxiliando esta nova classe de contabilistas; mas também foram encontrados profissionais que se desligaram por completo dos escritórios. Alguns escritórios tiveram suas atividades iniciadas pelo profissional, mas este não tem para quem deixar este legado, pois os filhos decidiram seguir outras profissões.

Os contabilistas de Teutônia possuem outros investimentos, além da área contábil. Alguns investem nos setores imobiliário e agrícola, por serem rentáveis ou por serem profissões que os contabilistas se identificam.

Os contabilistas pesquisados da cidade de Teutônia foram 47 de um total de 117 profissionais com registro ativo no CRCRS. Dos 47 profissionais pesquisados, 27 possuem escritório de contabilidade próprio, 32 têm graduação em Ciências Contábeis e 45 concluíram sua formação em instituição de ensino privada. Pode-se verificar também que o grupo de respondentes consiste em 27 mulheres e 20 homens.

Dos profissionais que responderam o questionário, 18 deles têm de 31 a 40 anos (representando a maioria). Apenas 2 são recém-formados e 13 concluíram sua formação há menos de 5 anos. Cerca de 70% dos respondentes constituem um grupo familiar comum, pois residem com cônjuge e filhos (apenas 1 contabilista vive com os pais e com os filhos). A seguir apresentam-se os resultados e análises desta pesquisa.

5 RESULTADO E ANÁLISE

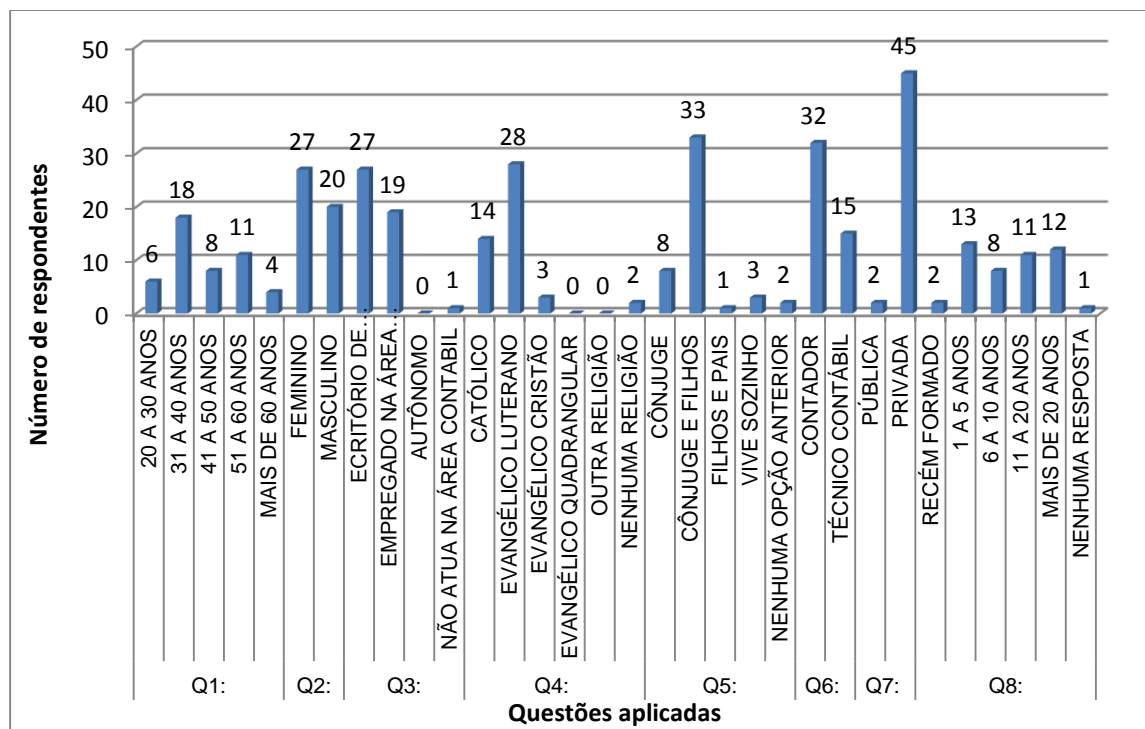
Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, assim como as análises e interpretações pertinentes ao conhecimento que os contabilistas de Teutônia possuem acerca da contabilidade ambiental.

A organização deste capítulo é subdividida em duas partes: na primeira são analisadas as respostas e avaliado o nível de conhecimento dos contabilistas com base no resultado obtido com o questionário aplicado. Também será apresentado um comparativo com outros estudos; na segunda parte apresentam-se os resultados estatísticos, análises e comparativos dos resultados mais relevantes com outros estudos.

5.1 Resultados da aplicação do questionário

O objetivo proposto nas primeiras questões é conhecer o perfil dos profissionais e a interação deles com a contabilidade ambiental; em seguida apresentam-se os resultados referente ao nível de conhecimento dos contabilistas em relação à contabilidade ambiental. Opta-se pela apresentação e descrição de gráficos para que as informações sejam mais claras e interpretativas. A seguir, dados do perfil dos contabilistas (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Questões relativas ao perfil do contabilista



Legenda: Q1: idade do(a) contabilista? Q2: qual o sexo do(a) contabilista? Q3: atuação profissional. Q4: professa alguma religião? Q5: quem além de você constitui o seu grupo familiar? Q6: qual sua formação? Q7: formou-se em instituição de ensino? Q8: há quanto tempo concluiu a sua graduação?

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A maioria dos profissionais (Q2) da pesquisa são mulheres (cerca de 57%). Quanto à idade (Q1), a maioria dos pesquisados (cerca de 38%) tem de 31 a 40 anos; os de 51 a 60 anos representam 23%. Os respondentes da Q6 ficaram divididos em contadores e técnicos contábeis, sendo na maioria contadores (cerca de 68%).

O município de Teutônia possui 17 escritórios de contabilidade. Se for analisado (Q3) que 27 profissionais possuem escritório de contabilidade próprio, pode-se concluir que existem escritórios individuais e sociedades; dos outros 20 pesquisados, apenas 1 não atua na área contábil. A análise do Gráfico 1 (Q4) demonstra que cerca de 60% dos contabilistas desta pesquisa professam a religião evangélica luterana.

Percebe-se, quanto ao tempo de conclusão do curso de formação (Q8), que o grupo de respondentes da pesquisa consiste de contabilistas formados em diferentes períodos, desde recém-formados até formados há mais de 20 anos; a maior parte

(28%) concluiu há menos de 5 anos, mas este percentual não se distancia muito do segundo grupo (daqueles que concluíram há mais de 20 anos) com cerca de 26%.

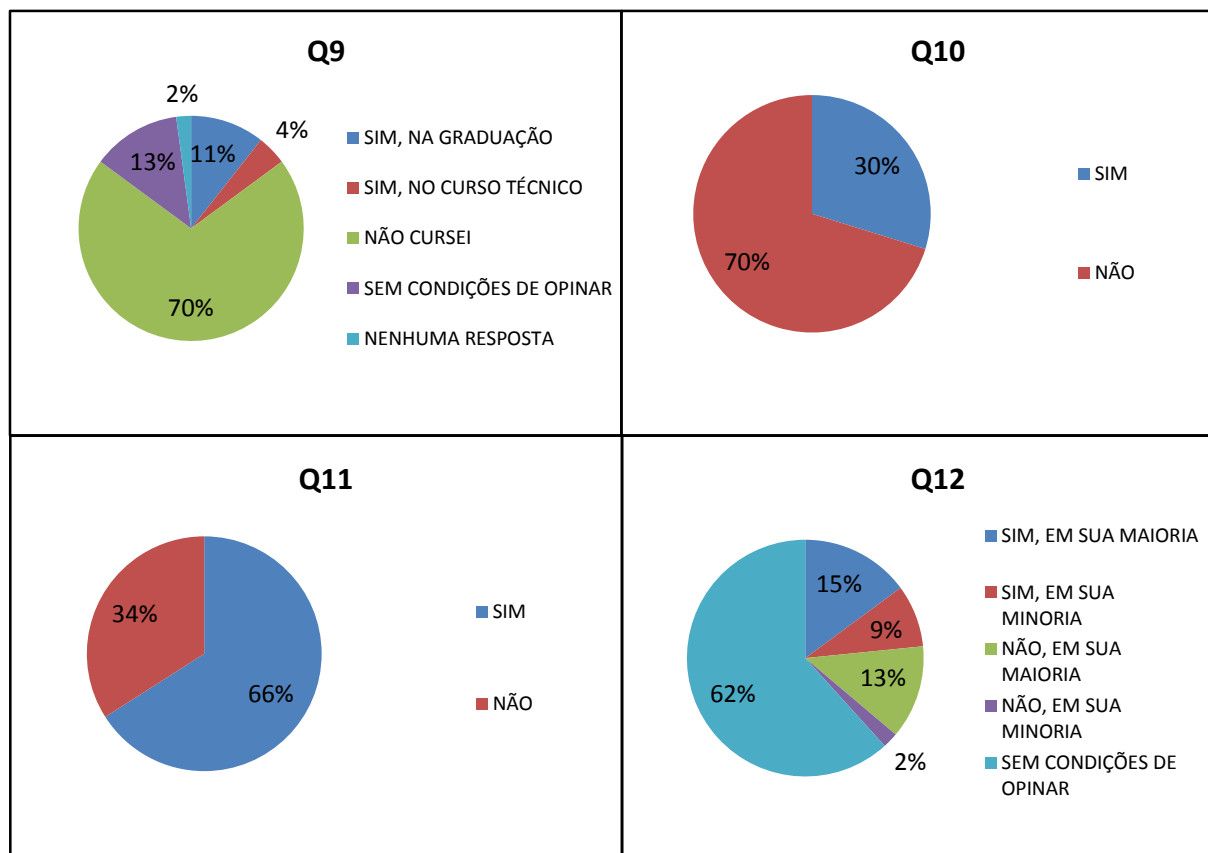
Conforme análise dos resultados do artigo de Silva e Rios (2014), quando foram aplicados 36 questionários na região sul e sudeste do Pará, não foram encontradas questões referentes a sexo, idade, atuação profissional, religião ou grupo familiar. Segundo Maciel et al. (2009), que aplicaram 78 questionários em Recife e Caruaru, e Martendal et al. (2011), que aplicaram 42 questionários em Florianópolis, também não foram feitas perguntas referentes a sexo e idade; nestes estudos também não foram encontradas perguntas referentes a atuação profissional, religião e grupo familiar.

Com relação à instituição de ensino na qual foi realizado o curso (Q7), nesta pesquisa 96% frequentaram instituição particular e 4% instituição pública. Segundo análise dos resultados de Maciel et al. (2009), 86% realizaram o curso em instituições de ensino particulares e 14% em instituição pública; em Martendal et al. (2011), 47,62% cursaram em instituição de ensino privada e 52,38% cursaram em instituição pública; em Oliveira e Pereira (2014), que aplicaram 413 questionários no estado de Santa Catarina, aproximadamente 82% estudam ou estudaram em instituição pública e 18% em instituição privada; Silva e Rios (2014) não apresentou este questionamento.

Segundo Oliveira e Pereira (2014), o resultado encontrado sobre a instituição de ensino ter maior percentual em pública (82%) pode ser explicado pelo fato da pesquisa ter sido feita no estado de SC onde tem-se a Universidade Federal de Santa Catarina como referência; ressalta também que pode ser por este mesmo motivo o percentual de Martendal et al. (2011) ter sido maior na instituição pública (52,38%), visto que esta pesquisa foi realizada na cidade de Florianópolis. Estes argumentos podem ser usados para a presente pesquisa, pois na região do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo, que são as mais próximas de Teutônia, a predominância é de instituições de ensino privadas.

Apresentados os dados relativos ao perfil dos contabilistas, na sequência descrevem-se os resultados referentes ao contato dos profissionais com a contabilidade ambiental (FIGURA 1).

Figura 1 - Questões relativas ao contato dos contabilistas com a contabilidade ambiental



Legenda: Questão 9: cursou disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental? Questão 10: já participou de eventos, palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental? Questão 11: já leu ou teve contato com materiais, livros, revistas, etc. Na área de contabilidade ambiental? Questão 12: a literatura existente sobre contabilidade ambiental aborda o assunto de forma objetiva e clara?

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Figura 1 mostra que tanto na Q9 quanto na Q10, a maioria (70% dos contabilistas) responde não ter cursado disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental e também afirma não participar de eventos, palestras, seminários, e congressos na área ambiental. Este resultado também pode ser encontrado nos estudos de Maciel et al. (2009) e Martendal et al. (2011), nos quais também a maioria não cursou disciplina de contabilidade ambiental ou correlata, apresentando 83% e 95,24% respectivamente, e nem participou de eventos, palestras, seminários e congressos, apresentando 88% e 59,52% respectivamente. Este fato pode ser explicado em função da escassa inserção de disciplinas com foco na contabilidade ambiental nos cursos superiores de ciências contábeis.

Segundo Carli (2011), que aplicou 37 questionários a alunos de pós-graduação (72% contadores e 28% outros cursos) dos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão no estado do Paraná, a maioria dos contadores (91,89%) não cursaram disciplina de contabilidade ambiental, pois a disciplina não era ofertada; mas 86,49% responderam que se a disciplina fosse ofertada e não fosse obrigatória teriam cursado essa matéria; e a maioria dos contadores (70,27%) também não participaram de eventos, palestras, seminários, e congressos na área ambiental. Segundo pesquisa de Oliveira e Pereira (2014), 84,36% e 81,82% dos contadores não cursaram disciplina de contabilidade ambiental e também não participaram de eventos, palestras, seminários, e congressos na área ambiental respectivamente.

Os dados apresentados na Figura 1, Q11, mostram que a maioria dos profissionais (cerca de 66%) já leu ou teve contato com materiais na área de contabilidade ambiental; e que 62% não têm condições de opinar se os materiais existentes sobre contabilidade ambiental abordam o assunto de forma objetiva e clara (Q12); provavelmente estes contabilistas não opinaram porque não leram materiais sobre contabilidade ambiental, o que evidencia o baixo nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental.

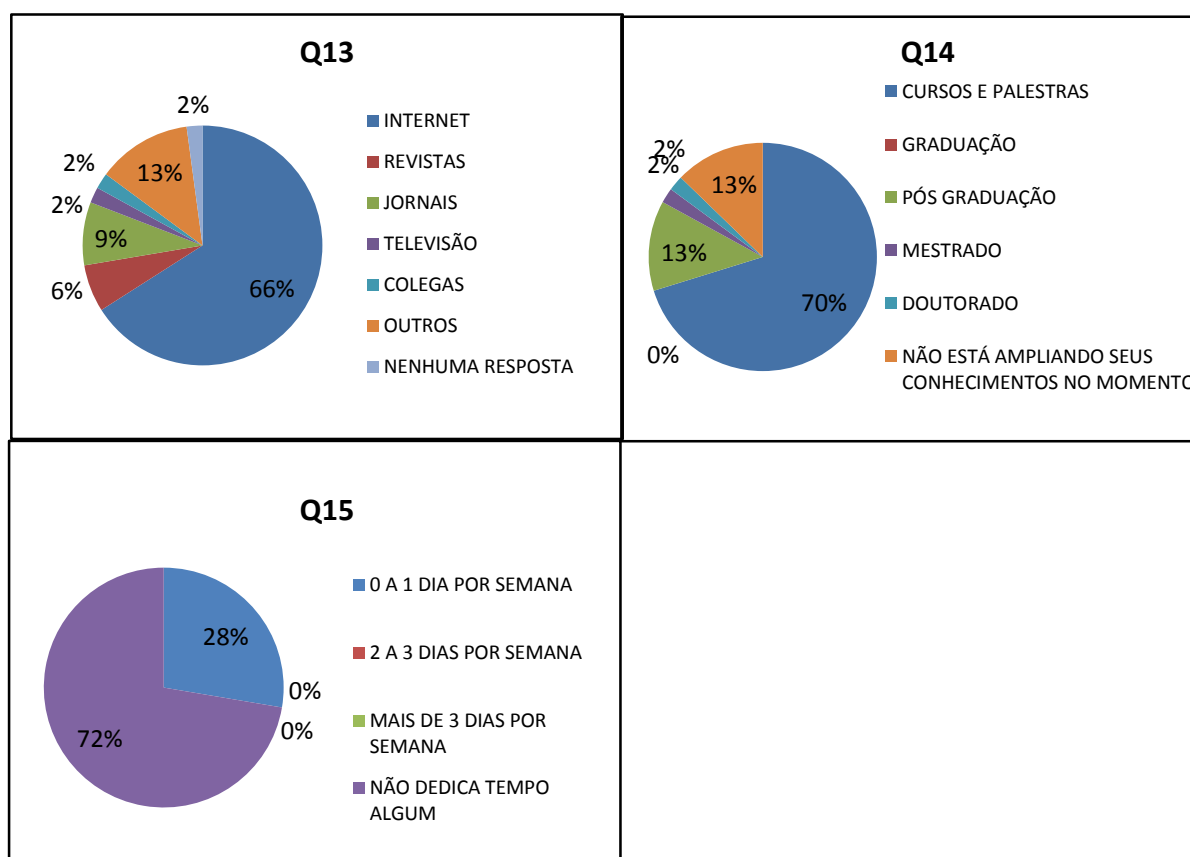
Os resultados de Maciel et al. (2009) e Martendal et al. (2011) também mostram que os profissionais já tiveram contato com materiais da contabilidade ambiental (cerca de 52% e de 66,67% respectivamente); dentre esses, apenas a pesquisa de Maciel et al. (2009) questionou sobre os materiais existentes serem ou não claros e objetivos (este estudo mostrou que 67% dos profissionais disseram que o material existente não é claro nem objetivo).

Pode-se perceber que os estudos analisados apresentaram que os profissionais tiveram contato com materiais da contabilidade ambiental, mas enquanto que os contabilistas de Teutônia não tiveram condições de opinar sobre a literatura existente, os profissionais de Recife e Caruaru afirmaram que o material sobre contabilidade ambiental existente não é claro nem objetivo. Pode-se explicar este fato pelo interesse da leitura ou com a frequência que os profissionais mantêm contato com esses materiais.

Estes resultados também foram encontrados em Carli (2011), que aponta que 54,05% não leu e nem teve contato com materiais da contabilidade ambiental. Já em Oliveira e Pereira (2014), 53,03% já tiveram contato com materiais da contabilidade ambiental. Os contadores não foram questionados se já leram materiais da contabilidade ambiental, mas foram questionados se já escreveram algum artigo sobre esse assunto, e os resultados apontam que 96,13% não escreveram nenhum artigo ou outro material sobre contabilidade ambiental.

Os resultados revelados na Figura 1 evidenciam o baixo nível de conhecimento dos contabilistas de Teutônia sobre contabilidade ambiental. Pode-se explicar esta ocorrência, pois os contabilistas não mantêm contato com assuntos relativos à contabilidade ambiental, ou porque não têm acesso ou porque ainda não veem a necessidade de conhecer este assunto.

Figura 2 - Questões relativas ao contato dos contabilistas com a contabilidade ambiental



Legenda: Questão 13: como o/a contabilista mantém-se informado quanto a notícias e atualidades da contabilidade ambiental? Questão 14: o/a contabilista está ampliando seus conhecimentos? Questão 15: quanto tempo do seu trabalho o/a contabilista dedica à contabilidade ambiental?

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Buscando identificar o interesse dos contabilistas pergunta-se quanto tempo do seu trabalho o contabilista dedica à contabilidade ambiental. Conforme Figura 2 (Q15), cerca de 72% não dedica tempo algum e 28% dedica de 0 a 1 dia por semana. A maioria (Q13) dos contabilistas (cerca de 66%) mantém-se informada quanto a notícias e atualidades da contabilidade ambiental pela internet; e 13% não estão ampliando seus conhecimentos atualmente. O baixo nível de conhecimento dos contabilistas de Teutônia pode ser explicado pela falta interesse ou tempo dedicado à contabilidade ambiental.

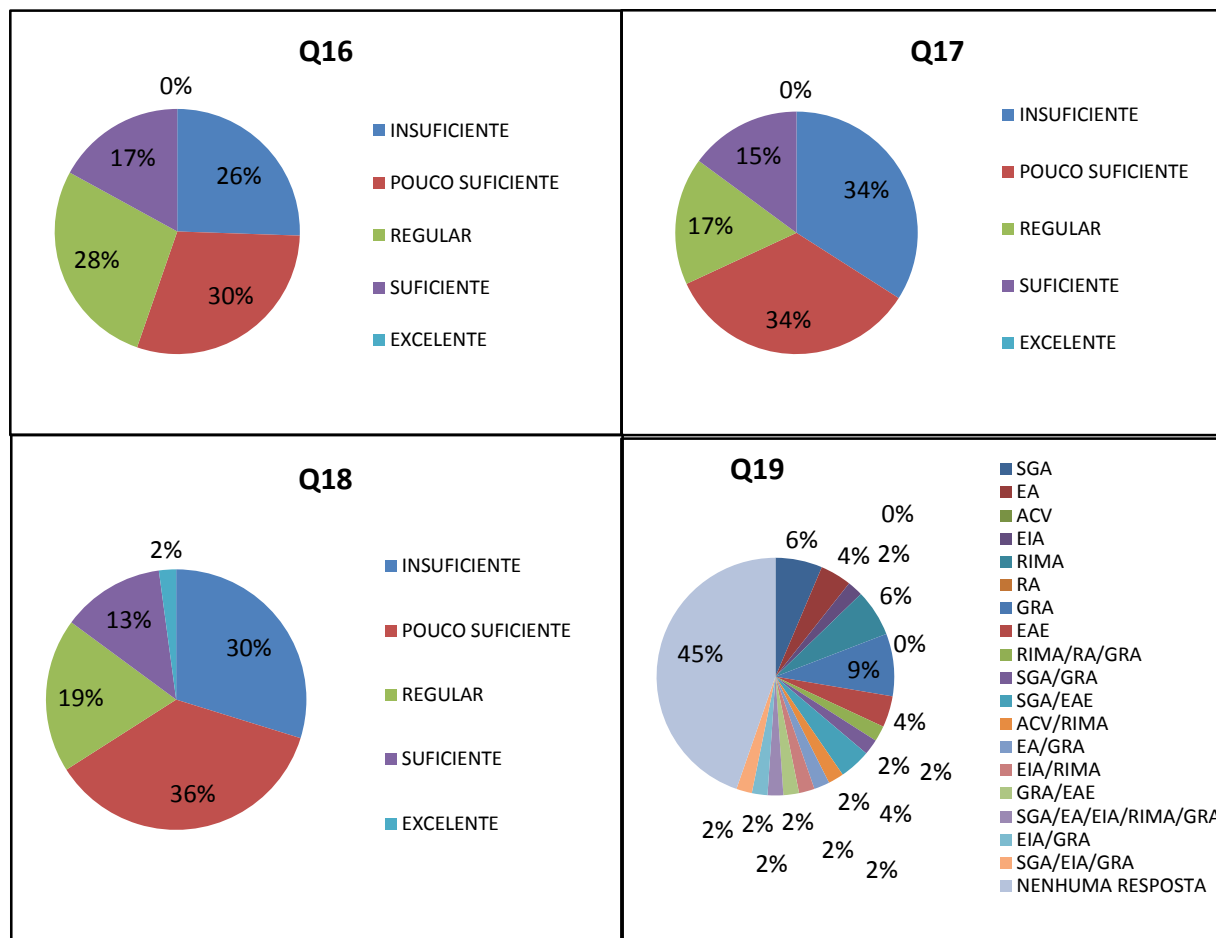
Segundo Maciel et al. (2009), neste ponto da pesquisa se pode concluir que é pequeno o grau de interesse e contato dos contadores com assuntos pertinentes à contabilidade ambiental. Se este estudo terminasse neste ponto da análise, também se poderia concluir que os contabilistas de Teutônia não apresentam conhecimento considerável na área de contabilidade ambiental, pois mesmo que a maioria já tenha tido contato com materiais da área da contabilidade ambiental, não consegue opinar sobre a qualidade deste material e não dedica tempo algum a este assunto.

Na sequência deste estudo, após apresentar o perfil e a interação dos contabilistas com a contabilidade ambiental, apresentam-se os resultados referentes aos assuntos ligados à contabilidade ambiental.

Os dados apresentados a seguir demonstram os questionamentos feitos aos contabilistas em relação ao conhecimento sobre legislação federal, sobre o CFC, sobre o CPC e conhecimento sobre contabilidade ambiental.

As respostas obtidas mostram que são poucos contabilistas que têm conhecimento sobre a legislação apresentada; apenas um contabilista (2%) tem conhecimento excelente em relação à lei 6.938/81 que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente (conforme FIGURA 3, Q18). Em relação às ferramentas de gestão ambiental (Q19), as respostas evidenciam que ainda são poucos os contabilistas que têm conhecimento sobre elas, visto que 45% não responderam esta questão. As ferramentas que são mais conhecidas pelos contabilistas são a GRA (9%), SGA (6%) e RIMA (6%).

Figura 3 - Questões relativas ao conhecimento sobre a legislação federal em contabilidade ambiental



Legenda: Questão 16: qual o seu nível de conhecimento sobre o decreto lei 1.413/75, que estabelece que as indústrias devem adotar condições para prevenir e corrigir prejuízos da contaminação e poluição do meio ambiente? Questão 17: qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 6.803/80, que trata do zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição? Questão 18: qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 6.938/81, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente? Questão 19: quais das ferramentas de gestão ambiental o/a senhor(a) conhece? Obs. Somente nesta questão pode selecionar mais de uma opção ou nenhuma. SGA – Sistema de Gestão Ambiental, EA – Estudos Ambientais, ACV – Avaliação do Ciclo de Vida, EIA – Estudos dos Impactos Ambientais, RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, RA – Rotulagem Ambiental, GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais, EAE – Educação Ambiental Empresarial.

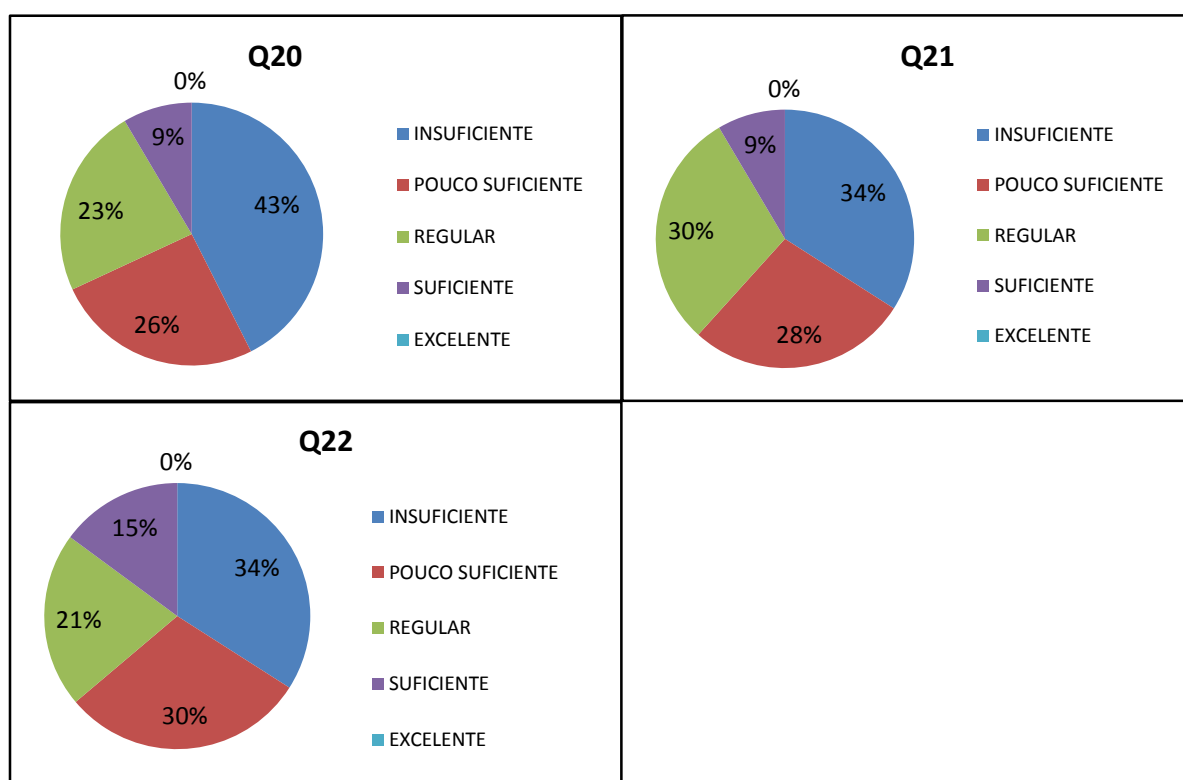
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Segundo os resultados do artigo de Martendal et al. (2011), em geral são poucas as ferramentas de gestão ambiental conhecidas pelos contadores; mas, em sua pesquisa, duas ferramentas se destacaram: a EIA (17 respondentes de 42 pesquisados) e a RIMA (14 respondentes de 42 pesquisados); também chamou a atenção o fato de apenas um contador ter conhecimento sobre a ACV já que ela é uma ferramenta essencial para a identificação dos impactos ambientais de um

produto. Este resultado também foi encontrado em relação aos contabilistas de Teutônia, pois apenas um (2%) conhece a ferramenta ACV. Este resultado pode ser explicado pelo fato das ferramentas pertencerem ao sistema de gestão ambiental; como os contabilistas não demonstram conhecimento sobre contabilidade ambiental pode-se interpretar que também não conhecem o sistema de gestão. Com isto, pode-se considerar o nível de conhecimento dos contabilistas de Teutônia baixo em relação às ferramentas de gestão ambiental.

Segundo Oliveira e Pereira (2014), 40% dos contabilistas apresentaram um conhecimento razoavelmente abaixo da necessidade sobre ferramentas de gestão na contabilidade ambiental. Em Carli (2011), 64,86% dos contabilistas não conhecem nenhuma das ferramentas de gestão apresentadas; entre elas, o ACV.

Figura 4 - Questões relativas ao conhecimento sobre a legislação federal em contabilidade ambiental



Legenda: Questão 20: avalie o seu nível de conhecimento acerca das ferramentas como EIAS (estudos de impactos ambientais), bem como sobre os RIMAS (relatórios de impactos ao meio ambiente), solicitadas às empresas cujas atividades caracterizam-se como potencialmente poluidoras. Questão 21: qual o seu nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da norma ISO 14000 (norma de certificação ambiental)? Questão 22: qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 9.605/98, que trata especificamente de sanções penais e administrativas para os casos de conduta e atividades lesivas ao meio ambiente, conhecida como lei de crimes ambientais?

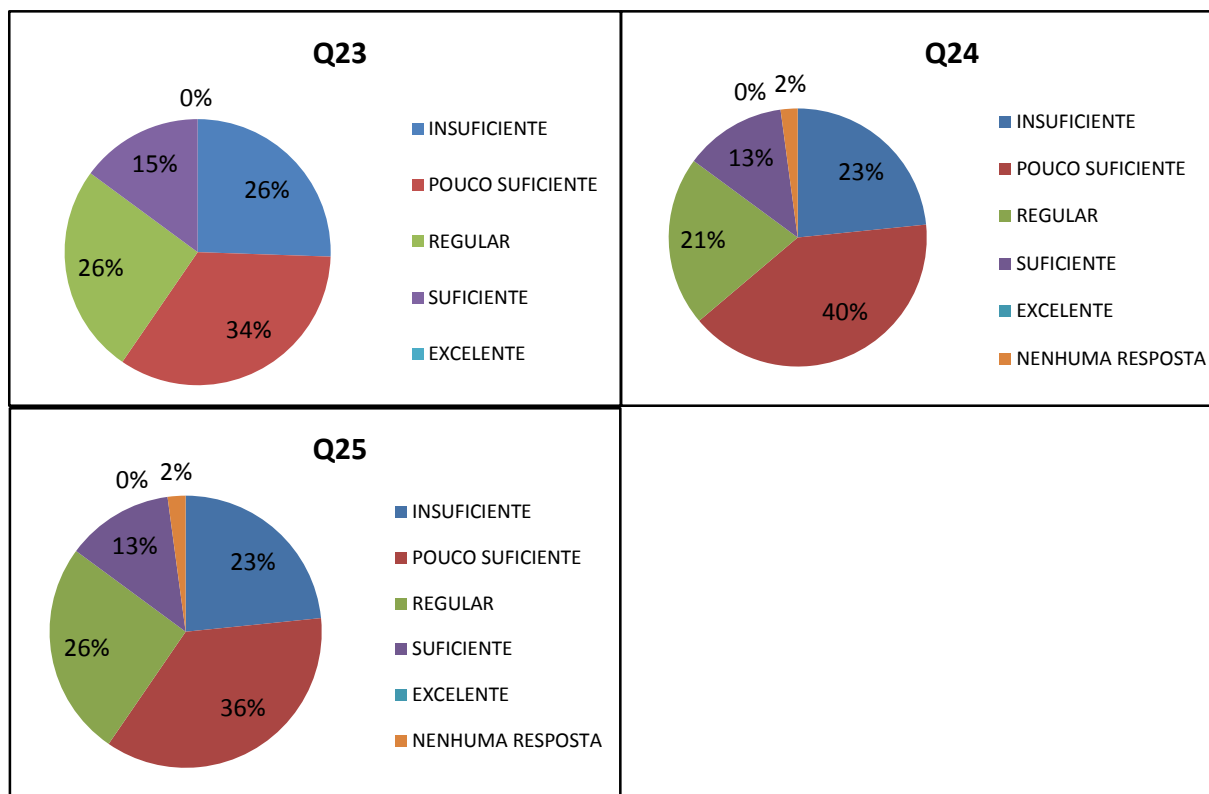
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Q21 trata sobre a norma ISO 14000; o resultado obtido ficou abaixo do esperado, visto que o setor industrial é bem desenvolvido no município de Teutônia. Trinta por cento (30%) dos contabilistas têm conhecimento regular referente à norma, 28% pouco suficiente e 34% insuficiente, conforme Figura 4. Este resultado também pode ser encontrado em Maciel et al. (2009), onde 74% não responderam à pergunta; Martendal et al. (2011), onde 57,14% têm conhecimento insuficiente; em Silva e Rios (2014), onde 66,7% não souberam responder ou responderam errado a afirmativa; em Oliveira e Pereira (2014), cerca de 38% dos contabilistas possuem conhecimento razoavelmente abaixo da necessidade; e, em Carli (2011), a maioria (43,24%) tem conhecimento insuficiente. A análise dos resultados feita com o presente estudo e os outros estudos mencionados evidencia que a maioria dos contadores não tem conhecimento suficiente em relação à norma ISO 14000; este resultado pode ser explicado pelo fato dos contabilistas não terem interesse ou conhecimento da importância desta norma para a gestão das empresas.

Os resultados encontrados em relação ao conhecimento dos contabilistas referente à legislação federal em contabilidade ambiental (Q16 a Q22) não foram satisfatórios (conforme evidenciado nas FIGURAS 3 e 4), pois as respostas das questões propostas se mantiveram, em sua maioria, em pouco suficiente e insuficiente, refletindo assim o baixo grau de conhecimento dos contabilistas de Teutônia com essa importante correlação da contabilidade ambiental.

Após as explanações em relação à legislação federal em contabilidade ambiental, seguem as análises acerca do conhecimento sobre o CFC e o CPC referente a questões ambientais.

Figura 5 - Questões relativas ao conhecimento sobre o CFC referente a questões ambientais



Legenda: Questão 23: a resolução 1.003/04 foi editada pelo CFC, e aprovada a norma brasileira de contabilidade (NBC) T15. Essa norma trata sobre informações de natureza social e ambiental. Questão 24: a NBC TG 29 foi alterada e consolidada em 2013 como NBC TG 29 (R1) e estabelece o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Qual o seu nível de conhecimento sobre esta norma? Questão 25: qual o seu nível de conhecimento sobre a NBC TA 315, que trata da responsabilidade do auditor na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis?

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

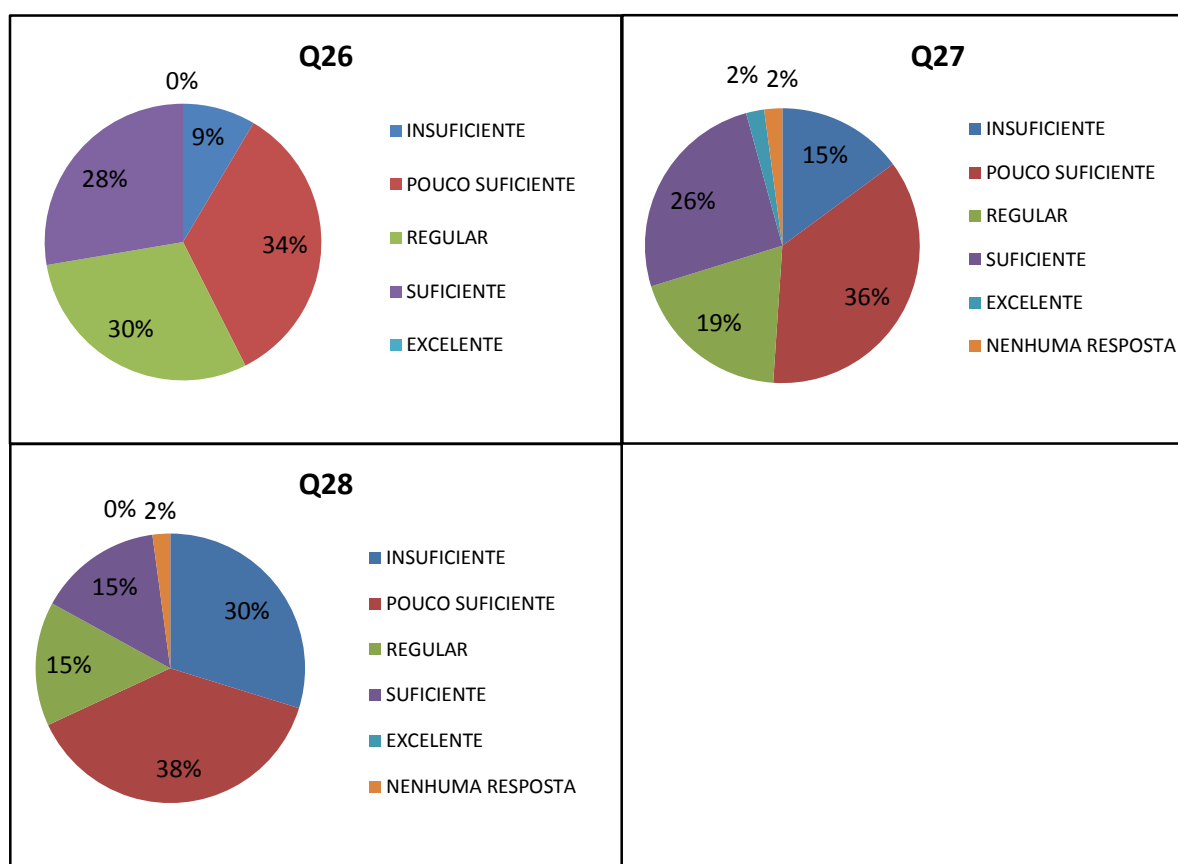
As questões sobre o CFC relativas à contabilidade ambiental são de suma importância para a contabilidade societária; a NBC T15 (Q23) tem como objetivo mostrar para a sociedade o comprometimento e a responsabilidade social das empresas, e orienta os profissionais e as empresas sobre a forma de divulgar as informações de cunho social e ambiental. Apenas 15% dos contabilistas de Teutônia possuem conhecimento suficiente sobre este assunto, conforme Figura 5.

A NBC TG 29, Q24, estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas; apenas 13% dos contabilistas desta pesquisa possuem conhecimento suficiente sobre o assunto em questão, conforme Figura 5.

A NBC TA 315 (Q25) trata da responsabilidade do auditor na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis; somente 13% dos contabilistas têm conhecimento suficiente sobre esta norma, conforme Figura 5.

Os resultados evidenciados nas Q23, Q24 e Q25 (FIGURA 5), mostram que a maioria das respostas se manteve em regular, pouco suficiente e insuficiente. Os estudos de Maciel et al. (2009), Martendal et al. (2011), Silva e Rios (2014), Carli (2011) e Oliveira e Pereira (2014) não levantaram questionamentos relativos ao CFC; em virtude disto, não se pode fazer um comparativo com o presente estudo, a fim de analisar o nível de conhecimento dos contabilistas de Teutônia.

Figura 6 - Questões relativas ao conhecimento sobre o CPC referente a questões ambientais



Legenda: Questão 26: qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 16 (R1), que tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques? Questão 27: qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 25, que trata das provisões dos ativos contingentes e de passivos contingentes? Questão 28: qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 29, que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas?

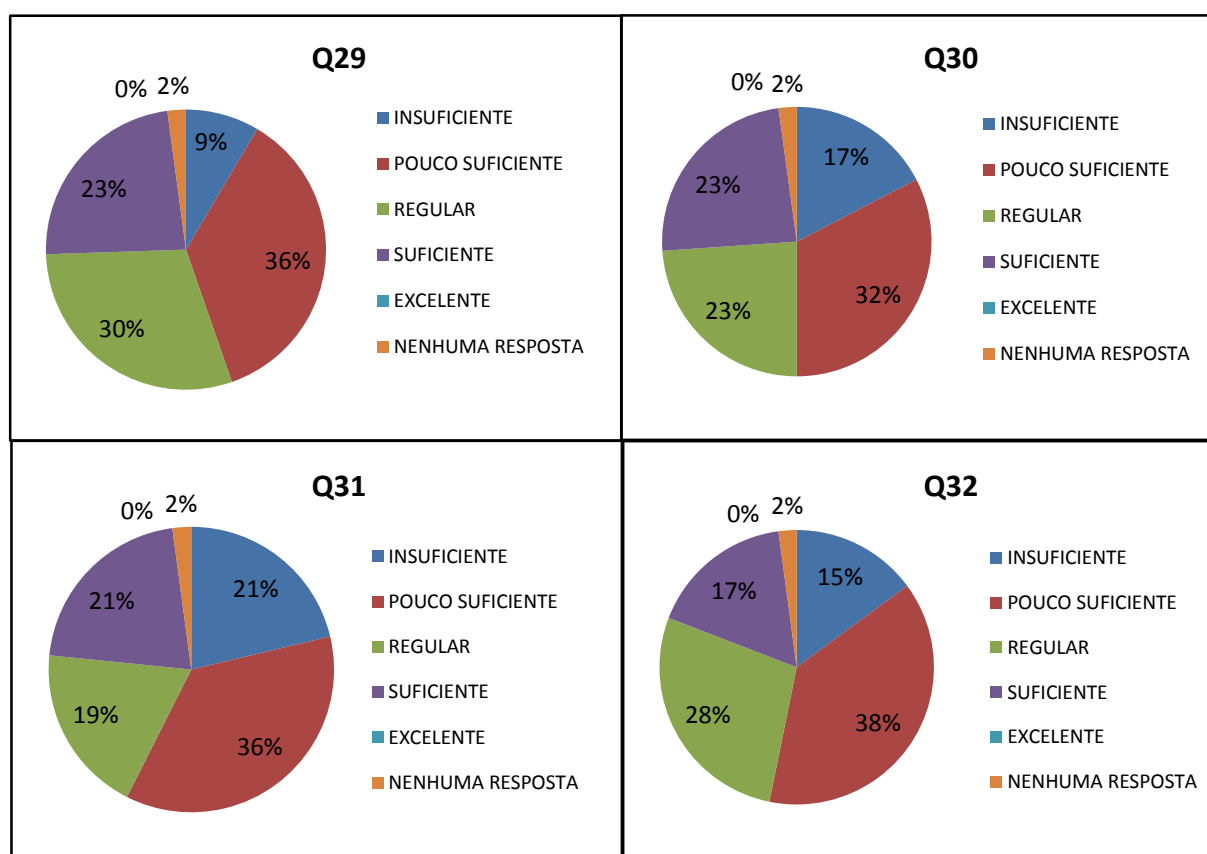
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De acordo com a Figura 6, os resultados obtidos das questões sobre o CPC emergentes à contabilidade ambiental mostram um quadro um pouco diferente do visto até agora; em relação ao CPC, os contabilistas mostram maior conhecimento.

Os resultados da pesquisa em Teutônia evidenciam que a maioria (cerca de 64%) possui pouco conhecimento e conhecimento insuficiente em relação ao CPC 16 (Q26); mas 28% apresentam conhecimento suficiente sobre este assunto. Com base na Figura 6, também pode-se perceber que a maioria (55% e 68%) tem conhecimento pouco suficiente e insuficiente sobre o CPC 25 (Q27) e CPC 29 (Q28) respectivamente; mas que 26% e 15% apresentam conhecimento suficiente em relação ao CPC 25 e CPC 29 respectivamente. Os outros estudos não apresentaram questionamentos em relação a este assunto, portanto não se pode fazer um comparativo a respeito do nível de conhecimento dos contabilistas sobre o CPC.

Apresentados os dados relativos ao conhecimento sobre o CFC e o CPC referente a questões ambientais, na sequência os resultados referentes ao conhecimento em contabilidade ambiental.

Figura 7 - Questões relativas ao conhecimento em contabilidade ambiental



Legenda: Questão 29: qual o seu nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social? Questão 30: o impacto ambiental pode ser positivo (trazer benefícios) ou negativo (adverso), e pode proporcionar ônus ou benefícios sociais. Avalie o seu nível de conhecimento a respeito dos procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente. Questão 31: qual o seu nível de conhecimento sobre a mensuração de passivos ambientais? Questão 32: qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos ativos ambientais?

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Q29 (FIGURA 7) sobre o balanço social demonstra que 30% dos contabilistas têm conhecimento regular sobre este assunto; este percentual não representa a maioria, mas mesmo não sendo este balanço exigido no Brasil, o resultado não é considerado surpresa, visto que outros assuntos já apresentados anteriormente revelam um maior desconhecimento sobre a contabilidade ambiental.

Este resultado também pode ser encontrado em Martendal et al. (2011) e em Carli (2011): a maioria (33,33% e 44,05% respectivamente) tem conhecimento regular sobre o balanço social. Em Oliveira e Pereira (2014), a maioria (47,20%) dos contabilistas possui conhecimento razoavelmente abaixo da necessidade.

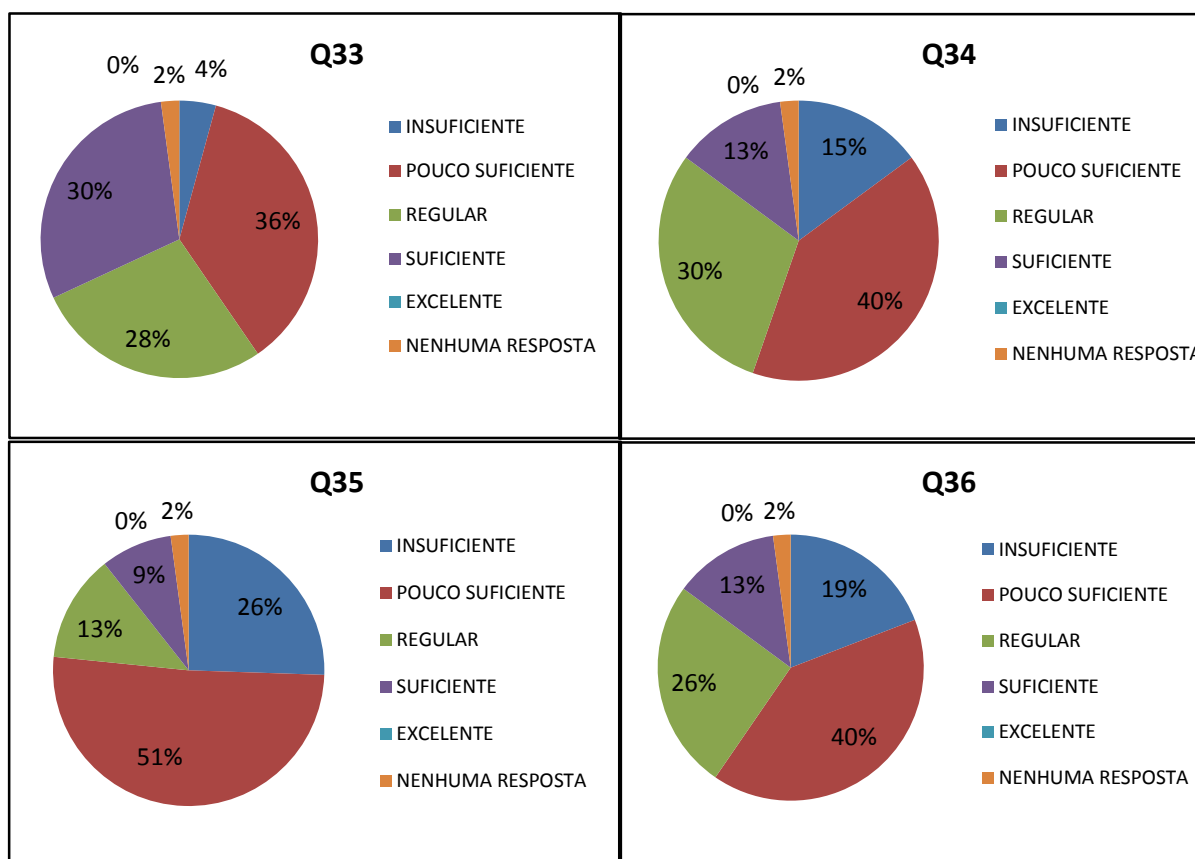
De acordo com a Figura 7, verifica-se que 21% e 17% dos contabilistas possuem conhecimento suficiente sobre a mensuração de Passivos (Q31) e os registros de Ativos Ambientais (Q32), respectivamente. A quantidade de contabilistas que considera seu conhecimento pouco suficiente sobre as mensurações de Passivos (Q31) e registros de Ativos Ambientais (Q32) é de 36% e 38%, respectivamente.

Este resultado difere muito do encontrado nos outros estudos, pois em Maciel et al. (2009) apenas 5% dos contadores responderam corretamente a pergunta sobre Ativo Ambiental; segundo Martendal et al. (2011), ninguém respondeu que possui conhecimento suficiente e apenas 3,57% responderam que possuem conhecimento excelente sobre a mensuração de Passivos e os registros de Ativos Ambientais.

Segundo Oliveira e Pereira (2014), 41,40% responderam ter conhecimento razoavelmente abaixo da necessidade sobre o ativo ambiental; em Carli (2011), a maioria (45,95%) tem conhecimento insuficiente sobre os ativos e passivos ambientais.

Os resultados com maior percentual de conhecimento em relação aos outros artigos pode ser resultado de maior ocorrência de ativos e passivos ambientais nas empresas atendidas pelos contabilistas; mesmo não sendo obrigatória a divulgação do balanço social, esses dados podem ser mensurados no balanço patrimonial.

Figura 8 - Questões relativas ao conhecimento em contabilidade ambiental



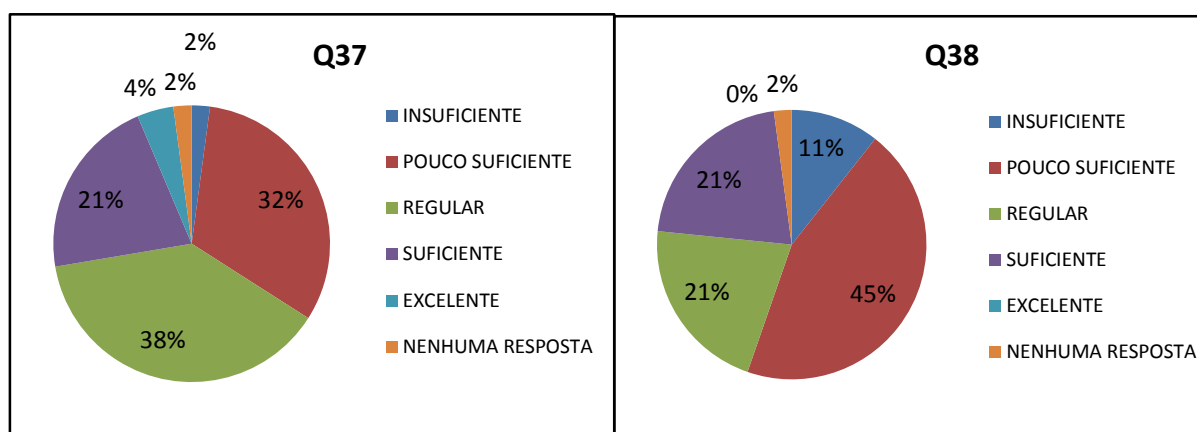
Legenda: Questão 33: avalie o seu nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas. Questão 34: qual o seu nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono? Questão 35: qual o seu nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS ecológico? Questão 36: avalie o seu nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / goodwill).

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A análise dos dados apresentados na Figura 8 (Q33 a Q36) demonstra mais uma vez o pequeno percentual dos contabilistas que detêm algum conhecimento sobre as questões relativas à contabilidade ambiental. Pode-se verificar que nenhum contabilista apresentou conhecimento excelente em pelo menos uma das questões apresentadas na Figura 8; e apenas 30% dos contabilistas possuem conhecimento regular a respeito das ações de destinação final de resíduos em empresas (Q33); as demais respostas tiveram percentuais menores que 30%.

De acordo com a Figura 8, verificou-se que os contabilistas possuem pouco ou nenhum conhecimento referentes à questão do ICMS ecológico (Q35), representando 76%; em relação aos créditos de carbono (Q34), pode-se verificar que 66% possuem conhecimento regular ou pouco suficiente. Segundo Martendal et al. (2011), os resultados encontrados demonstraram que é expressivo (53,54%) o desconhecimento dos contadores sobre o ICMS ecológico. Quando comparados os resultados de Martendal et al. (2011) com os desta pesquisa pode-se concluir que os contabilistas de Teutônia possuem menos conhecimento em termos percentuais em relação a ICMS ecológico.

Figura 9 - Questões relativas ao conhecimento em contabilidade ambiental



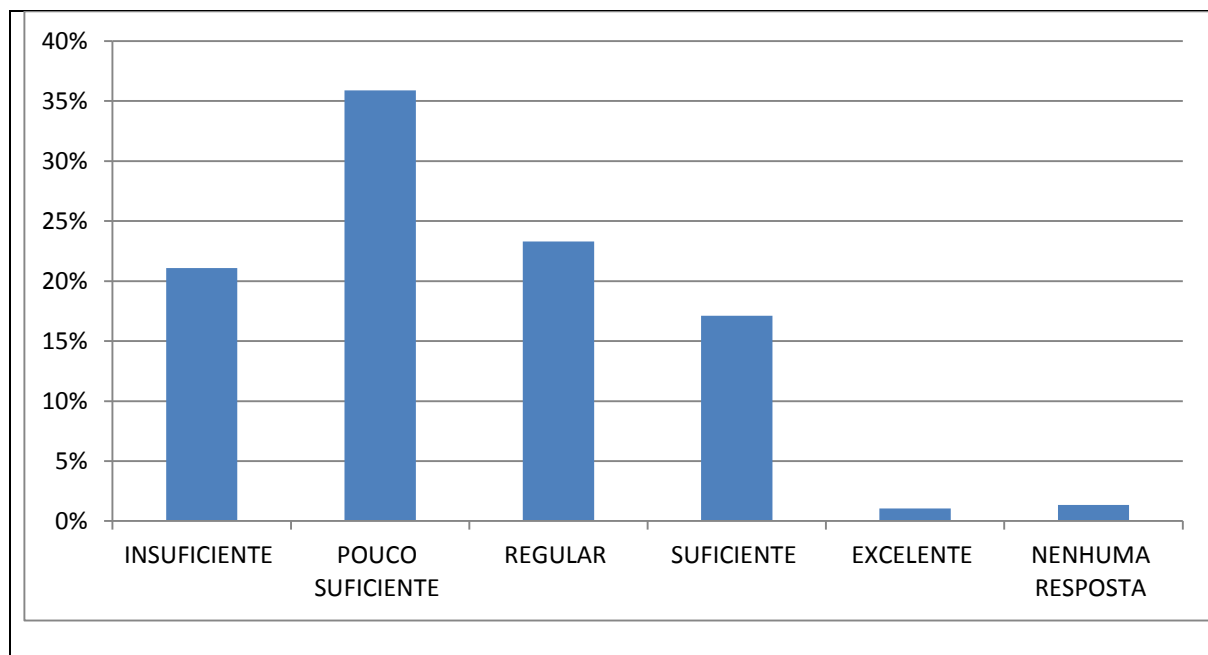
Legenda: Questão 37: como o(a) senhor(a) avalia a contribuição da ciência contábil para a sustentabilidade e gestão ambiental? Questão 38: qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos custos ambientais?

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os resultados apresentados na Figura 9 (que tratam sobre a contribuição da ciência contábil para a sustentabilidade; sobre a gestão ambiental (Q37); e os registros (Q38) na contabilidade de custos ambientais) evidenciam que apenas 21% dos profissionais possuem conhecimento suficiente para os dois questionamentos. Os resultados de Maciel et al. (2009) mostram que mais de 60% dos profissionais não souberam dar uma resposta sobre custos ambientais.

A contabilidade ambiental é uma evolução da contabilidade societária, é o estudo do patrimônio ambiental das empresas; mesmo com toda importância deste assunto, já abordado no referencial teórico, obtém-se resultados insatisfatórios quanto ao conhecimento dos contabilistas nesta área.

Gráfico 2 - Média das questões 16 a 38, exceto a questão 19.



Legenda: Foram comparados os resultados médios das questões 16 a 38 exceto a questão 19.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Quando analisados os resultados revelados sobre o conhecimento dos contabilistas pesquisados de Teutônia (perguntas de número 16 a 38, menos a questão 19), verifica-se que a maioria (57%) possui conhecimento insuficiente e pouco suficiente, 30% conhecimento regular e suficiente e apenas 1% possui conhecimento excelente sobre contabilidade ambiental, de acordo com a Figura 10. Desta forma pode-se considerar que o nível de conhecimento dos contabilistas é baixo sobre a contabilidade ambiental.

Resultados semelhantes também foram encontrados em Silva e Rios (2014), onde foi considerado relativamente baixo o nível de conhecimento dos contabilistas, visto que 60,49% responderam de forma incorreta as questões propostas. Martendal et al. (2011) constatou que os contadores, em um percentual de 71,64%, não possuem um conhecimento satisfatório sobre a contabilidade ambiental. Segundo Maciel et al. (2009), os contadores pesquisados não têm conhecimento adequado, nem um mínimo de informações que se deve ter sobre a contabilidade ambiental, pois cerca de 65% responderam de forma incorreta as questões propostas. Carli (2011) constatou que 60,89% dos entrevistados ainda não possuem conhecimento satisfatório sobre contabilidade ambiental; e Oliveira e Pereira (2014) não tinha como objetivo medir o

nível de conhecimento dos contabilistas, mas sim verificar a importância da contabilidade ambiental para os contadores - os resultados mostraram que ainda existe um grande campo a ser aperfeiçoado pelos profissionais. Apresentada a análise dos dados coletados, na sequência descrevem-se os resultados obtidos através da aplicação da estatística.

5.2 Resultados estatísticos e análises

A análise acerca dos resultados obtidos da correlação de *Spearman* através da utilização do *software* estatístico IBM SPSS STATISTIC S21 está descrita na sequência.

Os resultados obtidos por meio da correlação de *Spearman* apontam para a análise da correlação entre o perfil sócio econômico dos contabilistas referentes às questões de número 1 a 15 e o conhecimento sobre a contabilidade ambiental nas de número 16 a 38.

A análise abrange as correlações acima de (menos) - 0,500 e com nível de significância de 0,01, em função da quantidade de correlações significativas que ocorreram. Para diminuir este escopo, definiu-se apresentar as correlações mais significativas.

Tabela 2 – Recorte da correlação de *Spearman*, referente ao Apêndice D

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15
Q16	,188	,147	-,097	,056	-,185	,085	-,046	,128	,028	-,489**	-,337*	-,368*	,003	,145	-,566**
Q17	,098	,108	-,119	-,043	-,125	,114	-,017	-,012	,024	-,321*	-,270	-,353*	-,074	,195	-,490**
Q18	,183	,063	-,077	-,008	-,096	,132	,008	,111	,028	-,246	-,381**	-,430**	-,231	,231	-,565**
Q19	,111	,367*	-,167	-,009	-,165	,088	-,329*	,238	,080	-,212	-,448**	-,185	-,059	,160	-,396**
Q20	,226	,176	-,187	-,048	-,026	,045	-,043	,133	,043	-,360*	-,395**	-,363*	-,061	,063	-,622**
Q21	,111	,080	,004	-,049	-,130	,011	-,093	,079	-,018	-,328*	-,371*	-,468**	-,114	,184	-,632**
Q22	,258	,076	-,106	-,055	,036	,078	,126	,053	-,040	-,253	-,355*	-,425**	-,239	,182	-,505**
Q23	,208	,042	-,111	-,172	-,211	,100	-,067	,119	-,020	-,256	-,373*	-,330*	-,132	,163	-,500**
Q24	,203	,063	-,142	-,158	-,183	,064	-,080	,109	-,016	-,391**	-,420**	-,354*	-,124	,166	-,528**
Q25	-,011	-,177	,182	-,267	-,038	-,056	-,063	-,074	-,111	-,247	-,242	-,328*	-,234	,155	-,441**
Q26	,067	-,117	,132	-,236	-,197	-,022	-,168	-,093	-,347*	-,177	-,247	-,235	-,180	-,039	-,354*
Q27	,221	,092	,022	-,130	-,225	,015	-,071	,084	-,271	-,106	-,253	-,195	-,093	,087	-,337*
Q28	,261	,112	-,175	,083	-,224	,094	-,105	,024	-,187	-,292*	-,327*	-,388**	,014	,113	-,468**
Q29	,233	,182	,058	,075	-,187	,108	,177	,074	-,111	-,166	-,276	-,336*	-,313*	,056	-,309*
Q30	,243	,260	-,001	,106	-,080	,207	,108	,114	-,022	-,347*	-,314*	-,450**	-,207	,178	-,420**
Q31	,270	,317*	-,025	,123	-,090	,109	,075	,097	-,096	-,411**	-,295*	-,399**	-,049	,188	-,388**
Q32	,236	,295*	-,046	,157	-,131	,052	-,013	,099	-,111	-,506**	-,395**	-,444**	-,060	,183	-,484**
Q33	,206	,282	-,035	,099	-,190	,011	,085	,086	,033	-,368*	-,370*	-,444**	,005	,077	-,539**
Q34	,248	,160	-,016	,024	-,131	,107	,110	,145	,000	-,045	-,100	-,250	-,073	,189	-,501**
Q35	,286	,236	-,216	,121	-,011	,105	-,018	,151	-,029	-,311*	-,346*	-,598**	-,073	,173	-,548**
Q36	,256	,375*	-,083	,186	-,076	,022	,076	,158	-,191	-,225	-,364*	-,539**	-,162	,314*	-,448**
Q37	,278	,179	-,208	,217	,031	,228	-,034	,203	-,274	-,120	-,196	-,350*	,045	,088	-,306*
Q38	,321*	,331*	-,242	,124	-,162	,008	,128	,129	-,017	-,309*	-,355*	-,517**	-,067	,159	-,455**

Legenda:

** A correlação é significativa no nível 0,01.

* A correlação é significativa no nível 0,05.

Fonte: Da autora, adaptada a partir do *software* IBMSSPS STATISTIC S21 (2015).

A Q32 e a Q10 (TABELA 2) revelam com uma correlação moderada negativa de -0,506 que o nível de conhecimento (suficiente) dos contabilistas sobre registros da contabilidade dos ativos ambientais (17%) é baixo, e este percentual pode ser explicado pelo alto percentual (70%) de contabilistas que não participam de eventos na área da contabilidade ambiental. O fato dos contabilistas não participarem de eventos sobre contabilidade ambiental pode ser evidenciado por não haver ou haver pouca oferta de eventos nas regiões onde estes questionários foram aplicados. Segundo Carli (2011), 32,08% dos contabilistas consideram seu conhecimento suficiente e pouco suficiente sobre os ativos ambientais; este questionamento também foi encontrado em Martendal et al. (2011), mas o resultado foi mais contundente, pois nenhum contabilista respondeu ter conhecimento suficiente sobre o assunto.

Percebe-se uma correlação forte negativa (-0,598) da Q35 com a Q12; e com a Q15 uma correlação moderada negativa (-0,548), segundo classificação de Mitra e Lankford (1999), com significância de 0,01 para ambas as correlações. A correlação aponta que quanto menor o nível de conhecimento dos contabilistas sobre o ICMS ecológico (no nosso caso, 9%) maior será o percentual de contabilistas que não opinam sobre a literatura existente ser clara e objetiva (62%, no mesmo caso); ou seja, possivelmente estes contabilistas não leram sobre este assunto, pois não dedicam tempo à contabilidade ambiental. E a Q35 também pode ser explicada pelo tempo dedicado (de trabalho) à contabilidade ambiental (Q15). O fato da maioria (72%) dos contabilistas não dedicarem tempo algum à contabilidade ambiental explica o baixo conhecimento dos contabilistas sobre ICMS ecológico.

A Q36 e a Q12 (TABELA 2) revelam com uma correlação moderada negativa (-0,539) onde o baixo nível de conhecimento suficiente dos contabilistas sobre como obter vantagens competitivas graças a melhorias na gestão ambiental (13%) pode ser explicado em função do alto percentual de contabilistas (62%) que não opinaram sobre a literatura existente ser clara e objetiva. Provavelmente a ausência de opinião se deve à falta de leitura de literaturas sobre contabilidade ambiental. O baixo nível de conhecimento suficiente (9,52%) sobre a Q36 também é encontrado em Martendal et al. (2011) e em Carli (2011) (5,40%).

A existência de correlação moderada negativa de -0,517, revelada pela Q38 e pela Q12, aponta que o nível de conhecimento insuficiente dos contabilistas sobre os custos ambientais (11%) pode ser explicado pelo fato da maioria dos contabilistas (72%) não dedicar tempo algum de trabalho à contabilidade ambiental; provavelmente não existem ocorrências deste caso nas empresas atendidas pelos contabilistas de Teutônia. Segundo resultados de Maciel et al. (2009), 19% dos contabilistas erraram a questão sobre custos ambientais. Martendal et al. (2011), Silva e Rios (2014), Carli (2011) e Oliveira e Pereira (2014) não apresentaram questionamento específico sobre este assunto.

A Q16 e Q15 (TABELA 2) revelam, com uma correlação moderada negativa (-0,566), segundo Mitra e Lankford (1999), com significância de 0,01, o nível de conhecimento dos contabilistas ser suficiente (17%) referente ao decreto lei 1.413/75.

Pode-se explicar o baixo nível de conhecimento pelo fato da maioria dos contabilistas (72%) não dedicar tempo algum de trabalho à contabilidade ambiental.

A Q18 e Q15 (TABELA 2) revelam uma correlação moderada negativa (-0,565) em relação ao nível de conhecimento dos contabilistas ser suficiente (13%) sobre a lei 6.938/81; o baixo nível de conhecimento dos contabilistas pode ser explicado pelo fato da maioria dos contabilistas (72%) não dedicar tempo algum de trabalho à contabilidade ambiental.

A existência de correlação forte negativa (-0,622) revelada pela Q20 e Q15, referente ao baixo nível de conhecimento dos contabilistas sobre a EIAS e a RIMA (9%), pode ser explicada pelo fato da maioria dos contabilistas (72%) não dedicarem tempo algum à contabilidade ambiental, refletindo a falta de interesse e conhecimento dos contabilistas. Este resultado também pode ser encontrado em Martendal et al. (2011), onde apenas 7,14% dos contabilistas possuem conhecimento suficiente sobre a EIAS e a RIMA.

A Q21 e Q15 (TABELA 2) revelam com uma correlação forte negativa (-0,632), onde o nível de conhecimento dos contabilistas ser suficiente (9%) a respeito do processo de implementação da norma ISO 14000 pode ser explicado em relação ao tempo dedicado de trabalho à contabilidade ambiental (72%). Estes resultados apontam que quanto menor é o tempo dedicado à contabilidade ambiental, menor é o nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da norma ISO 14000. A falta de conhecimento sobre a norma ISO 14000 também pode ser encontrada em Maciel et al. (2009), Martendal et al. (2011), Silva e Rios (2014), Oliveira e Pereira (2014) e em Carli (2011), onde a maioria representa 74%, 57,14%, 66,70%, 38% e 43,24% respectivamente.

A existência de correlação moderada negativa de -0,505, revelada entre a Q22 e Q15, demonstra que o nível de conhecimento suficiente (15%) dos contabilistas sobre a lei 9.605/98 pode ser explicado pelo profissional não dedicar tempo à contabilidade ambiental (72%); ou seja, quanto maior é falta de interesse de dedicar algum tempo à leitura, participação em eventos, palestras na área da contabilidade ambiental, menor é o nível de conhecimento que o contabilista terá sobre a lei 9.605/98. A falta de conhecimento sobre a lei 9.605/98 também pode ser evidenciada

em Oliveira e Pereira (2014), Silva e Rios (2014) e Maciel et al. (2009), apresentando percentual de 39,20%, 50% e 84% dos respondentes, respectivamente.

A Q23 e Q15 (TABELA 2) revelam com uma correlação moderada negativa (-0,500), segundo Mitra e Lankford (1999), com nível de significância de 0,01, que o nível de conhecimento suficiente (15%) dos contabilistas sobre a NBC T15 ser baixo pode ser explicado pelo alto percentual de contabilistas (72%) que não dedica tempo algum de trabalho à contabilidade ambiental.

A Q24 e Q15 (TABELA 2) revelam, com uma correlação forte negativa (-0,528), que o nível de conhecimento sobre a NBC TG 29 (R1) pode ser explicado em relação ao tempo disponibilizado de trabalho à contabilidade ambiental. Estes resultados apontam que quanto menor é o tempo de trabalho que os contabilistas dedicam à contabilidade ambiental menor é o nível de conhecimento a respeito da NBC TG 29 (R1).

A existência de correlação moderada negativa de -0,539, revelada pela Q33 e Q15, aponta que o nível de conhecimento suficiente dos contabilistas (30%) a respeito das ações de destinação, reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas pode ser explicado pela quantidade de contabilistas (72%) que não dedicam tempo de trabalho à contabilidade ambiental.

6 CONCLUSÃO

A humanidade afeta de forma inevitável o meio ambiente. Os contabilistas podem auxiliar as empresas quanto à divulgação das informações ambientais e à preservação do meio ambiente. Mas para isso é desejável que os contabilistas tenham conhecimento e estejam aptos para encarar esta nova visão da contabilidade. Sendo assim, o escopo central deste estudo volta-se a identificar o nível de conhecimento e variáveis intervenientes da contabilidade ambiental para o entendimento do compromisso do contabilista em relação ao meio ambiente.

A partir deste escopo central, os principais resultados demonstram que o nível de conhecimento dos contabilistas de Teutônia sobre contabilidade ambiental é baixo. Este baixo nível de conhecimento pode ser explicado pela falta de interesse ou pouco tempo que os contabilistas dedicam à contabilidade ambiental. Os resultados revelam que mesmo que a maioria (66%) dos contabilistas já teve contato com materiais, livros e revistas sobre a contabilidade ambiental, os mesmos não possuem condições de opinar se o material existente aborda o assunto de forma clara e objetiva. Em geral os contabilistas demonstraram pouco conhecimento sobre a legislação federal em contabilidade ambiental, mas mostraram maior conhecimento sobre o CPC referente a questões ambientais. Os contabilistas de Teutônia não têm conhecimento suficiente em relação à norma ISO 14000 e sobre as ferramentas de gestão ambiental.

Os resultados obtidos pela correlação de *Spearman* revelam que quanto maior é o desconhecimento dos contabilistas sobre contabilidade ambiental menor é o tempo que o contabilista dedica à contabilidade ambiental e menor é a frequência com que participa de eventos na área de contabilidade ambiental. A falta de interesse ou

tempo dedicado à contabilidade ambiental pelos contabilistas pode ser explicado pela baixa oferta de cursos e palestras sobre contabilidade ambiental na região onde foi aplicado o questionário.

Após descrever os principais resultados da pesquisa, relembra-se o problema de pesquisa: Qual é o grau de conhecimento e as variáveis intervenientes que influenciam no entendimento da contabilidade ambiental dos contabilistas? Conclui-se, respondendo este problema de pesquisa, que a falta de qualificação e interesse dos contabilistas mostra o baixo nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental.

Sugere-se aos contabilistas ampliar seus conhecimentos em contabilidade ambiental, uma vez que o mercado nesta área está em crescente desenvolvimento. Para os trabalhos futuros, sugere-se ampliar o número de respondentes e a região de abrangência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Perla Roberta Pignatta de; BRAZ, Eliane Marta Quiñones; SANTOS, Carlos Lopes dos. Contabilidade Ambiental. **Revista Ceciliana**, v. 3, n.1, p. 13-16, jun. 2011. Disponível em: <http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_05/1-2011-13-16.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Contabilidade e risco ambientais. **Revista BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 1-17, 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm#art361>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Decreto Lei nº 1.413, de agosto de 1975. Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 ago. 1975. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=122915>>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980. Dispõem sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6803.htm/>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõem sobre a política nacional do meio ambiente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm/>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõem sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm/>. Acesso em: 11 out. 2014.

CALIXTO, Laura; FERREIRA, A.C. de S. Contabilidade ambiental: aplicação das recomendações do ISAR em empresas do setor de mineração. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 2005. p. 1-14. Disponível em: <http://www.intercostos.org/documentos/custos_44.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

CARLI, Julianne Cristine de. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório. **Biblioteca digital curso de Ciências Contábeis**, v. 3, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.pb.utfpr.edu.br/bibliotecadigital/index.php/ecap/article/view/2034/856>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros; SIQUEIRA, Ricardo Maia de. Regulamentações Brasileiras do Balanço Social. In: FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 23-41.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2007.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 117-144.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos Contábeis CPC 16. **Estoques**. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Pronunciamentos Contábeis CPC 25. **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Pronunciamentos Contábeis CPC 29. **Ativo Biológico e Produto Agrícola**. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 11 out. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**. Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. **Resolução 2013/NBC TG 29 (R1)**. Altera a NBC TG 29 que dispõe sobre ativo biológico e produto agrícola. 2013. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG29\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG29(R1))>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. **Resolução 2014/NBCTA 315**. Dá nova redação à NBC TA 315 que dispõe sobre a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente. 2014. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTA315>. Acesso em: 16 out. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 11 out. 2014.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; GOMES, Mônica Zaidan; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Balanço Social: a utilização dos indicadores do *Global Reporting Initiative* (GRI) em empresas brasileiras. In: FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 131-150.

FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza; BUFONI, André Luiz. A Assimetria Informacional do Risco Ambiental nas Demonstrações Financeiras: um estudo comparativo Brasil: EUA. In: FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 215-229.

FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIELD, Andy. **Descobrimos a Estatística usando o SPSS**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FURLAN, Rodrigo Cardoso. Contabilidade Ambiental e sua obrigatoriedade: uma abordagem no Estado de Roraima. **EXAMÃPAKU**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2012. Disponível em: <<http://www.saes2010.ufrr.br/index.php/examapaku/article/view/1448>>. Acesso em: 18 out. 2014.

GARCIA, Rosine Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. Contabilidade Ambiental: história e função. **Revista Gestão & Tecnologia**, 1. ed., p. 11-16, 2009. Disponível em: <http://www.faculdadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAMMES, Ângela Regina. **Contabilidade Ambiental Integrada a Contabilidade Societária Aplicada num Curtume Objetivando Analisar os Reflexos de Solvência**. 2013. 142f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental como Sistema de Informação. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 12, n. 3, p. 71-92, 2001. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/184>>. Acesso em: 30 set. 2014.

LQRA. Certificação/Meio Ambiente. **ISO 14001**. 2010. Disponível em: <http://www.lrqa.com.br/certificacao/meio_ambiente/iso14001.asp>. Acesso em: 18 out. 2014.

MACIEL, Carolina Veloso et al. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 11, p. 137-158, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articuloBasic.oa?id=76219797007>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINHO, Luzileide Euzébio. Créditos de carbono e os custos ambientais: um estudo de caso na Usina Coruripe. **EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 1, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://kentronantigo.ifal.edu.br/index.php/educte/article/view/97>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MARQUES, Tatiane Oliveira; SCHULTZ, Charles Albino; HOFER, Elza. Contabilidade ambiental: uma análise do conhecimento dos alunos de dois cursos de Ciências Contábeis. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 11, n. 20, p. 1-23, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/viewArticle/6140>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

MARTENDAL, Alair et al. Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis. **Enfoque: reflexão contábil**, v. 32, n. 1, p. 29-47, 2011. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/viewFile/14303/10977>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

MITRA A.; LANFORKD, S. **Research methods in park, recreation and leisure services**. Champaign: Sagamore Publishing, 1999.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza. A Evidenciação da Informação Ambiental nos Relatórios Contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. In: FERREIRA, Aráceli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 192-214.

NESPOLI, Ziléa et al. **Probabilidade e Estatística I**. Universidade de Castelo Branco. Rio de Janeiro: UCB, 2007. Disponível em: <http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/Probabilidade_e_Estatistica_I.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

OLIVEIRA, Adriano Carvalho. **ICMS ecológico e desenvolvimento**: análise dos Estados de Rondônia, Tocantins, Ceará e Pará. Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.cesupa.br/MestradoDireito/dissertacoes/Adriano%20Carvalho%20ICMS%20ECOL%3%93GICO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20-%20AN%C3%81LISE%20DOS%20ESTADOS%20DE%20RO.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

OLIVEIRA, Reginaldo Aparecido de; PEREIRA, Luís Fernando. Contabilidade Ambiental: pesquisa sobre a importância do tema para o setor contábil. In: I CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS. **Anais I Congresso de Controladoria e Finanças do PPG em Ciências Contábeis da Unisinos**. Dez., 2014. p. 60-69. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/eventos/cofin/images/conteudo/docs/anais-tc-2014.pdf#page=60>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 76-97.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e pesquisas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Adriana Rezende da; CRUZ, Cássia Vanessa OlakAlvez. A importância da Contabilidade Ambiental no mundo globalizado. **UNOPAR Científica Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 8, n. 1, p. 81-88, 2007. Disponível em: <<http://revistas.unopar.br/index.php/juridicas/article/view/972>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SILVA, Benedito Gonçalves; RIOS, Ricardo Pereira. Contabilidade ambiental. O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Revista Eletrônica Gestão e Negócio**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/administracao/v5_n1_2014/Julio_Cesar.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. **Estatística**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

TEUTÔNIA (Município). Prefeitura Municipal de Teutônia. **Economia**. 2015. Disponível em: <<http://www.teutonia.com.br/?op=economia>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WITTE, Robert S.; WITTE John S. **Estatística**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário adaptado para este estudo**PERFIL SOCIOECONÔMICO****1) Idade do (a) contabilista;**

() 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () mais de 60 anos

2) Qual o sexo do (a) contabilista?

() feminino () masculino

3) Atuação profissional;

() escritório de contabilidade próprio () empregado na área contábil () autônomo

() não atua na área contábil

4) Professa alguma religião?

() católico () evangélico luterano () evangélico cristão () evangélico quadrangular

() outra religião () nenhuma religião

5) Quem além de você constitui o seu grupo familiar?

() cônjuge () cônjuge e filhos () filhos e pais () vive sozinho () nenhuma opção anterior

6) Qual sua formação?

() contador () técnico contábil

7) Formou-se em instituição de ensino;

() pública () privada

8) Há quanto tempo concluiu a sua graduação?

() recém-formado () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 20 anos () mais de 20 anos

9) Cursou disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental?

() sim, na graduação () sim, no curso técnico () não cursei () sem condições de opinar

10) Já participou de eventos, palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental?

() sim () não

11) Já leu ou teve contato com materiais, livros, revistas, etc. na área de contabilidade ambiental?

() sim () não

12) A literatura existente sobre contabilidade ambiental aborda o assunto de forma objetiva e clara?

() sim, em sua maioria () sim, em sua minoria () não, em sua maioria () não, em sua minoria () sem condições de opinar

13) Como o/a contabilista mantém-se informado quanto a notícias e atualidades da contabilidade ambiental?

() internet () revistas () jornais () televisão () colegas () outros

14) O/A contabilista está ampliando seus conhecimentos?

() cursos e palestras () graduação () pós-graduação () mestrado () doutorado

() não está ampliando seus conhecimentos no momento

15) Quanto tempo do seu trabalho o/a contabilista dedica à contabilidade ambiental?

() 0 a 1 dia por semana () 2 a 3 dias por semana () mais de 3 dias por semana
() não dedica tempo algum

CONHECIMENTO SOBRE LEGISLAÇÃO FEDERAL

16) Qual o seu nível de conhecimento sobre o decreto lei 1.413/75, que estabelece que as indústrias devam adotar condições para prevenir e corrigir prejuízos da contaminação e poluição do meio ambiente?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

17) Qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 6.803/80, que trata do zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

18) Qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 6.938/81, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

19) Quais das ferramentas de gestão ambiental o/a senhor(a) conhece? Obs. Somente nesta questão pode selecionar mais de uma opção ou nenhuma.

() SGA – Sistema de Gestão Ambiental () EA – Estudos Ambientais

() ACV – Avaliação do Ciclo de Vida () EIA – Estudos dos Impactos Ambientais

() RIMA – Relatório de Impacto Ambiental () RA – Rotulagem Ambiental

() GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais () EAE – Educação Ambiental Empresarial

20) Avalie o seu nível de conhecimento acerca das ferramentas como EIAS (estudos de impactos ambientais), bem como, sobre os RIMAS (relatórios de impactos ao meio ambiente), solicitadas às empresas cujas atividades caracterizam-se como potencialmente poluidoras.

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

21) Qual o seu nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da norma ISO 14000 (norma de certificação ambiental)?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

22) Qual o seu nível de conhecimento sobre a lei 9.605/98, que trata especificamente de sanções penais e administrativas para os casos de conduta e atividades lesivas ao meio ambiente, conhecida como lei de crimes ambientais?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

CONHECIMENTO SOBRE O CFC (Conselho Federal de Contabilidade)

23) A resolução 1.003/04 foi editada pelo CFC, e aprovada a norma brasileira de contabilidade (NBC) T15. Essa norma trata sobre informações de natureza social e ambiental. Qual seu nível de conhecimento sobre essa norma?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

24) A NBC TG 29 foi alterada e consolidada em 2013 como NBC TG 29 (R1) e estabelece o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Qual o seu nível de conhecimento sobre esta norma?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

25) Qual o seu nível de conhecimento sobre a NBC TA 315, que trata da responsabilidade do auditor na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

CONHECIMENTO SOBRE O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

26) Qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 16 (R1), que tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

27) Qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 25, que trata das provisões dos ativos contingentes e de passivos contingentes?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

28) Qual o seu nível de conhecimento a respeito do CPC 29, que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

CONHECIMENTO EM CONTABILIDADE AMBIENTAL

29) Qual o seu nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

30) O impacto ambiental pode ser positivo (trazer benefícios) ou negativo (adverso), e pode proporcionar ônus ou benefícios sociais. Avalie o seu nível de conhecimento a respeito dos procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente.

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

31) Qual o seu nível de conhecimento sobre a mensuração de passivos ambientais?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

32) Qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos ativos ambientais?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

33) Avalie o seu nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas.

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

34) Qual o seu nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

35) Qual o seu nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS ecológico?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

36) Avalie o seu nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / *goodwill*).

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

37) Como o (a) senhor (a) avalia a contribuição da ciência contábil para a sustentabilidade e gestão ambiental?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

38) Qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos custos ambientais?

() insuficiente () pouco suficiente () regular () suficiente () excelente

Fonte: Adaptado de Maciel et al. (2009), Martendal et al. (2011) e Silva e Rios (2014).

APÊNDICE B – Levantamento de dados

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19
P1	3	1	1	1	2	1	2	4	3	2	1	5	1	1	4	1	1	1	2
P2	1	1	1	2	3	1	2	1	1	1	1	1	1	4	1	4	4	4	9
P3	4	2	1	2	2	2	2	5	4	1	1	3	4	5	1	3	3	3	10
P4	2	1	2	2	2	2	2	4	3	2	1	5	1	1	1	3	2	2	5
P5	4	1	2	2	2	2	2	4	3	2	2	5	1	1	4	3	2	2	0
P6	5	2	1	2	1	1	2	5	3	1	1	5	2	1	4	3	1	1	5
P7	2	2	1	1	2	2	2	3	3	2	1	1	2	6	4	3	3	4	11
P8	2	1	1	2	5	2	2	4	3	2	2	5	6	1	4	1	1	1	0
P9	4	1	2	2	2	2	2	0	0	2	2	5	1	1	4	2	2	2	0
P10	5	2	4	2	2	2	2	5	3	2	1	1	1	6	1	3	3	3	12
P11	2	1	2	2	1	2	2	4	3	2	1	5	1	6	4	1	1	2	0
P12	5	2	1	2	2	2	2	5	2	2	1	5	3	1	4	4	3	4	8
P13	2	1	2	1	2	1	2	4	3	2	2	5	1	1	4	4	4	3	0
P14	4	1	1	2	2	2	2	4	3	2	2	5	1	1	4	1	1	1	0
P15	2	1	2	1	2	1	2	4	3	2	1	5	1	1	4	1	1	1	0
P16	2	1	2	2	1	1	2	2	3	2	2	5	1	1	4	1	1	1	0
P17	4	2	2	2	2	1	2	5	3	2	1	3	1	3	4	2	2	2	0
P18	1	2	1	6	1	2	2	2	3	1	1	5	1	6	4	2	2	1	1
P19	2	1	2	1	4	1	2	3	3	1	2	5	6	3	4	2	1	1	0
P20	1	1	2	2	1	2	1	2	2	2	1	2	5	1	1	3	2	2	13
P21	4	2	1	2	2	1	2	5	3	2	1	5	1	1	4	2	2	3	14
P22	2	1	2	1	2	1	2	2	4	2	1	5	1	3	1	4	4	4	7
P23	4	1	1	3	2	2	2	2	3	1	1	3	1	1	1	3	3	5	8
P24	2	1	2	1	2	2	2	2	3	2	2	5	1	1	4	2	2	2	0
P25	2	1	1	1	2	1	2	2	3	2	2	5	6	6	4	4	4	3	0
P26	1	1	1	1	2	1	2	2	3	2	2	5	3	1	1	2	2	2	0
P27	3	2	1	1	2	1	2	3	4	2	1	5	1	1	4	2	2	2	7
P28	3	1	1	2	2	2	2	5	3	1	1	2	1	1	1	4	4	4	15
P29	4	2	1	2	2	1	2	4	3	1	1	2	1	1	1	3	3	2	2
P30	3	1	1	2	2	1	2	3	4	2	2	5	0	1	4	1	1	2	7
P31	2	2	2	2	2	1	2	4	3	2	1	4	1	3	4	2	1	2	11
P32	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	1	1	1	6	4	1	1	2	0
P33	3	2	2	1	2	1	2	5	3	2	2	5	2	1	4	2	2	2	16
P34	4	2	1	2	2	1	2	5	3	2	1	1	1	1	4	2	2	2	0
P35	2	1	2	3	1	1	2	2	3	1	1	1	1	1	4	4	4	3	0
P36	4	2	1	2	2	1	2	4	4	1	1	3	3	1	4	3	2	1	0
P37	2	2	1	2	4	1	2	3	3	2	2	5	6	1	4	1	1	1	0
P38	2	1	1	2	2	1	2	3	3	2	2	5	6	1	4	1	1	1	0
P39	4	2	1	3	2	1	2	5	3	1	1	3	1	1	1	3	1	3	4
P40	1	1	2	1	1	1	1	2	3	1	1	5	1	1	4	2	2	2	17
P41	5	2	1	2	1	1	2	5	1	1	1	2	3	1	1	4	4	4	5
P42	3	1	2	2	2	1	2	3	1	2	1	3	1	1	4	1	1	1	0
P43	3	1	1	2	2	1	2	3	3	1	1	5	1	1	1	3	3	3	1
P44	2	2	1	2	4	1	2	2	4	2	1	1	1	1	4	2	2	2	1
P45	1	1	2	1	5	1	2	1	3	2	2	5	1	1	4	1	1	1	0
P46	2	2	1	6	2	1	2	2	1	2	2	5	6	3	4	2	2	1	7
P47	3	2	1	1	2	1	2	5	3	2	1	5	1	3	4	3	3	3	18

(Continua..)

(Conclusão)

	Q20	Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30	Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38
P1	1	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2
P2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4
P3	2	3	3	3	2	2	2	3	2	3	3	3	3	4	3	3	3	3	3
P4	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	2	2	3	2
P5	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	3	2
P6	1	1	1	3	3	1	4	4	4	4	2	4	4	4	2	1	1	4	4
P7	3	3	4	4	4	2	4	4	3	4	4	3	3	4	3	3	3	4	4
P8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	1
P9	2	2	3	2	2	2	4	4	3	4	3	3	3	3	3	2	2	5	3
P10	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
P11	1	1	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	1	1	2	1
P12	2	2	4	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P13	2	3	2	2	2	3	2	2	2	3	3	2	2	3	3	2	2	3	2
P14	1	1	2	2	2	2	3	3	2	3	3	2	2	2	2	2	3	3	2
P15	1	1	1	1	1	2	3	3	1	4	1	1	1	2	1	1	1	2	1
P16	1	2	1	1	1	2	2	2	1	3	1	1	1	3	3	1	2	2	2
P17	2	2	2	1	1	1	2	2	1	3	2	2	2	2	3	2	3	2	2
P18	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2
P19	1	1	1	1	2	3	2	1	1	1	2	3	3	2	1	1	1	2	1
P20	2	3	1	2	2	2	3	2	3	2	2	2	2	3	2	2	2	3	2
P21	3	1	2	3	3	2	3	4	2	3	2	2	2	2	1	1	2	2	2
P22	3	4	4	4	4	4	4	5	4	4	4	4	4	4	4	2	3	3	4
P23	4	3	4	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	3	4	3	4
P24	1	1	1	2	2	3	3	2	1	4	4	3	2	2	2	1	2	2	2
P25	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3
P26	2	2	2	3	3	3	4	4	2	3	2	2	3	4	3	2	2	3	3
P27	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2
P28	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4
P29	3	3	3	3	3	3	4	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
P30	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	3	2	1	3	2
P31	1	3	2	2	2	4	3	2	1	3	4	3	3	4	3	2	3	4	3
P32	1	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	2
P33	3	3	3	3	2	2	3	4	2	2	4	4	3	4	3	2	4	2	3
P34	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3
P35	2	3	3	3	3	3	4	3	4	4	4	4	4	4	2	3	3	2	4
P36	3	2	1	1	2	2	1	1	2	2	3	2	2	4	2	2	2	3	2
P37	1	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2
P38	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	2
P39	2	3	2	1	2	1	2	2	2	3	3	2	3	3	2	2	3	4	3
P40	2	2	2	3	3	3	4	4	2	2	2	2	3	2	2	2	2	3	2
P41	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
P42	1	1	2	2	1	2	4	4	1	2	1	1	2	3	1	1	2	3	2
P43	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	3	2	2	3	2	2	2	2	2
P44	2	2	3	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	2	2	2	3	3
P45	1	1	1	1	1	1	3	1	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1
P46	1	1	1	1	1	1	2	3	3	3	3	4	3	3	3	2	3	4	2
P47	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	4	4	4

Fonte: Da autora (2015).

APÊNDICE C – Tabulação dos dados

TABULAÇÃO DOS DADOS			
QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO	nº	%
PERFIL SOCIOECONÔMICO			
Q1: IDADE DO(A) CONTABILISTAS:	20 A 30 ANOS = 1	6	13%
	31 A 40 ANOS = 2	18	38%
	41 A 50 ANOS = 3	8	17%
	51 A 60 ANOS = 4	11	23%
	MAIS DE 60 ANOS = 5	4	9%
Q2: QUAL O SEXO DO(A) CONTABILISTA:	FEMININO = 1	27	57%
	MASCULINO = 2	20	43%
Q3: ATUAÇÃO PROFISSIONAL:	ECRITÓRIO DE CONTABILIDADE PRÓPRIO = 1	27	57%
	EMPREGADO NA ÁREA CONTÁBIL = 2	19	40%
	AUTÔNOMO = 3	0	0%
	NÃO ATUA NA ÁREA CONTÁBIL = 4	1	2%
Q4: PROFESSA ALGUMA RELIGIÃO?	CATÓLICO = 1	14	30%
	EVANGÉLICO LUTERANO = 2	28	60%
	EVANGÉLICO CRISTÃO = 3	3	6%
	EVANGÉLICO QUADRANGULAR = 4	0	0%
	OUTRA RELIGIÃO = 5	0	0%
	NENHUMA RELIGIÃO = 6	2	4%
Q5: QUEM ALÉM DE VOCÊ CONSTITUI O SEU GRUPO FAMILIAR?	CÔNJUGE = 1	8	17%
	CÔNJUGE E FILHOS = 2	33	70%
	FILHOS E PAIS = 3	1	2%
	VIVE SOZINHO = 4	3	6%
	NENHUMA OPÇÃO ANTERIOR = 5	2	4%
Q6: QUAL SUA FORMAÇÃO?	CONTADOR = 1	32	68%
	TÉCNICO CONTÁBIL = 2	15	32%
Q7: FORMOU-SE EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	PÚBLICA = 1	2	4%
	PRIVADA = 2	45	96%
Q8: HÁ QUANTO TEMPO CONCLUIU A SUA GRADUAÇÃO?	RECÉM-FORMADO = 1	2	4%
	1 A 5 ANOS = 2	13	28%
	6 A 10 ANOS = 3	8	17%
	11 A 20 ANOS = 4	11	23%
	MAIS DE 20 ANOS = 5	12	26%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q9: CURSOU DISCIPLINA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL OU GESTÃO AMBIENTAL?	SIM, NA GRADUAÇÃO = 1	5	11%
	SIM, NO CURSO TÉCNICO = 2	2	4%
	NÃO CURSEI = 3	33	70%
	SEM CONDIÇÕES DE OPINAR = 4	6	13%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q10: JÁ PARTICIPOU DE EVENTOS, PELESTRAS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS NA ÁREA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL?	SIM = 1	14	30%
	NÃO = 2	33	70%

(Continua...)

(Continuação)

TABULAÇÃO DOS DADOS			
QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO	nº	%
PERFIL SOCIOECONÔMICO			
Q11: JÁ LEU OU TEVE CONTATO COM MATERIAIS, LIVROS, REVISTAS, ETC. NA ÁREA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL?	SIM = 1	31	66%
	NÃO = 2	16	34%
Q12: A LITERATURA EXISTENTE SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL ABORDA O ASSUNTO DE FORMA OBJETIVA E CLARA?	SIM, EM SUA MAIORIA = 1	7	15%
	SIM, EM SUA MINORIA = 2	4	9%
	NÃO, EM SUA MAIORIA = 3	6	13%
	NÃO, EM SUA MINORIA = 4	1	2%
	SEM CONDIÇÕES DE OPINAR = 5	29	62%
Q13: COMO O/A CONTABILISTA MANTÉM-SE INFORMADO QUANTO A NOTÍCIAS E ATUALIDADES DA CONTABILIDADE AMBIENTAL?	INTERNET = 1	31	66%
	REVISTAS = 2	3	6%
	JORNAIS = 3	4	9%
	TELEVISÃO = 4	1	2%
	COLEGAS = 5	1	2%
	OUTROS = 6	6	13%
Q14: O/A CONTABILISTA ESTÁ AMPLIANDO SEUS CONHECIMENTOS?	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
	CURSOS E PALESTRAS = 1	33	70%
	GRADUAÇÃO = 2	0	0%
	PÓS-GRADUAÇÃO = 3	6	13%
	MESTRADO = 4	1	2%
	DOUTORADO = 5	1	2%
Q15: QUANTO TEMPO DO SEU TRABALHO O/A CONTABILISTA DEDICA À CONTABILIDADE AMBIENTAL?	NÃO ESTÁ AMPLIANDO SEUS CONHECIMENTOS NO MOMENTO = 6	6	13%
	0 A 1 DIA POR SEMANA = 1	13	28%
	2 A 3 DIAS POR SEMANA = 2	0	0%
	MAIS DE 3 DIAS POR SEMANA = 3	0	0%
	NÃO DEDICA TEMPO ALGUM = 4	34	72%
QUESTÕES SOBRE LEGISLAÇÃO FEDERAL			
Q16: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O DECRETO LEI 1.413/75, QUE ESTABELECE QUE AS INDÚSTRIAS DEVAM ADOTAR CONDIÇÕES PARA PREVENIR E CORRIGIR PREJUÍZOS DA CONTAMINAÇÃO E POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE?	INSUFICIENTE = 1	12	26%
	POUCO SUFICIENTE = 2	14	30%
	REGULAR = 3	13	28%
	SUFICIENTE = 4	8	17%
	EXCELENTE = 5	0	0%
Q17: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEI 6.803/80, QUE TRATA DO ZONEAMENTO INDUSTRIAL NAS ÁREAS CRÍTICAS DE POLUIÇÃO?	INSUFICIENTE = 1	16	34%
	POUCO SUFICIENTE = 2	16	34%
	REGULAR = 3	8	17%
	SUFICIENTE = 4	7	15%
	EXCELENTE = 5	0	0%

(Continua...)

(Continuação)

TABULAÇÃO DOS DADOS			
QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO	nº	%
QUESTÕES SOBRE LEGISLAÇÃO FEDERAL			
Q18: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEI 6.938/81, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE?	INSUFICIENTE = 1	14	30%
	POUCO SUFICIENTE = 2	17	36%
	REGULAR = 3	9	19%
	SUFICIENTE = 4	6	13%
	EXCELENTE = 5	1	2%
Q19: QUAIS DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO AMBIENTAL O/A SENHOR(A) CONHECE? OBS. SOMENTE NESTA QUESTÃO PODE SELECIONAR MAIS DE UMA OPÇÃO OU NENHUMA.	SGA = 1	3	6%
	EA = 2	2	4%
	ACV = 3	0	0%
	EIA = 4	1	2%
	RIMA = 5	3	6%
	RA = 6	0	0%
	GRA = 7	4	9%
	EAE = 8	2	4%
	RIMA/RA/GRA = 9	1	2%
	SGA/GRA = 10	1	2%
	SGA/EAE = 11	2	4%
	ACV/RIMA = 12	1	2%
	EA/GRA = 13	1	2%
	EIA/RIMA = 14	1	2%
	GRA/EAE = 15	1	2%
	SGA/EA/EIA/RIMA/GRA = 16	1	2%
	EIA/GRA = 17	1	2%
	SGA/EIA/GRA = 18	1	2%
	NENHUMA RESPOSTA	21	45%
Q20: AVALIE O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO ACERCA DAS FERRAMENTAS COMO EIAs (ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS), BEM COMO, SOBRE OS TIMAS (RELATÓRIOS DE IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE), SOLICITADAS ÀS EMPRESAS CUJAS ATIVIDADES CARACTERIZAM-SE COMO POTENCIALMENTE POLUIDORAS.	INSUFICIENTE = 1	20	43%
	POUCO SUFICIENTE = 2	12	26%
	REGULAR = 3	11	23%
	SUFICIENTE = 4	4	9%
	EXCELENTE = 5	0	0%
Q21: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA ISO 14000 (NORMA DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL)?	INSUFICIENTE = 1	16	34%
	POUCO SUFICIENTE = 2	13	28%
	REGULAR = 3	14	30%
	SUFICIENTE = 4	4	9%
	EXCELENTE = 5	0	0%
Q22: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEI 9.605/98, QUE TRATA ESPECIFICAMENTE DE SANÇÕES PENAS E ADMINISTRATIVAS PARA OS CASOS DE CONDUTA E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, CONHECIDA COMO LEI DE CRIMES AMBIENTAIS?	INSUFICIENTE = 1	16	34%
	POUCO SUFICIENTE = 2	14	30%
	REGULAR = 3	10	21%
	SUFICIENTE = 4	7	15%
	EXCELENTE = 5	0	0%

(Continua...)

(Continuação)

TABULAÇÃO DOS DADOS			
QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO	nº	%
CONHECIMENTO SOBRE CFC			
Q23: A RESOLUÇÃO 1.003/04 FOI EDITADA PELO CFC, E APROVADA A NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE (NBC) T15. ESSA NORMA TRATA SOBRE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL. QUAL SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE ESSA NORMA?	INSUFICIENTE = 1	12	26%
	POUCO SUFICIENTE = 2	16	34%
	REGULAR = 3	12	26%
	SUFICIENTE = 4	7	15%
	EXCELENTE = 5	0	0%
Q24: A NBC TG 29 FOI ALTERADA E CONSOLIDADA EM 2013 COMO NBC TG 29 (R1) E ESTABELECE O TRATAMENTO CONTÁBIL, E AS RESPECTIVAS DIVULGAÇÕES, RELACIONADAS AOS ATIVOS BIOLÓGICOS E AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS. QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE ESTA NORMA?	INSUFICIENTE = 1	11	23%
	POUCO SUFICIENTE = 2	19	40%
	REGULAR = 3	10	21%
	SUFICIENTE = 4	6	13%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q25: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A NBC TA 315, QUE TRATA DA RESPONSABILIDADE DO AUDITOR NA IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?	INSUFICIENTE = 1	11	23%
	POUCO SUFICIENTE = 2	17	36%
	REGULAR = 3	12	26%
	SUFICIENTE = 4	6	13%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
CONHECIMENTO SOBRE CPC			
Q26: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CPC 16 (R1), QUE TEM COMO OBJETIVO ESTABELECE O TRATAMENTO CONTÁBIL PARA OS ESTOQUES?	INSUFICIENTE = 1	4	9%
	POUCO SUFICIENTE = 2	16	34%
	REGULAR = 3	14	30%
	SUFICIENTE = 4	13	28%
	EXCELENTE = 5	0	0%
Q27: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CPC 25, QUE TRATA DAS PROVISÕES DOS ATIVOS CONTINGENTES E DE PASSIVOS CONTINGENTES?	INSUFICIENTE = 1	7	15%
	POUCO SUFICIENTE = 2	17	36%
	REGULAR = 3	9	19%
	SUFICIENTE = 4	12	26%
	EXCELENTE = 5	1	2%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q28: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CPC 29, QUE TRATA DOS ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS?	INSUFICIENTE = 1	14	30%
	POUCO SUFICIENTE = 2	18	38%
	REGULAR = 3	7	15%
	SUFICIENTE = 4	7	15%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
CONHECIMENTO EM CONTABILIDADE AMBIENTAL			
Q29: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DA ESTRUTURA, ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL?	INSUFICIENTE = 1	4	9%
	POUCO SUFICIENTE = 2	17	36%
	REGULAR = 3	14	30%
	SUFICIENTE = 4	11	23%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%

(Continua...)

(Continuação)

TABULAÇÃO DOS DADOS			
QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO	nº	%
CONHECIMENTO EM CONTABILIDADE AMBIENTAL			
Q30: O IMPACTO AMBIENTAL PODE SER POSITIVO (TRAZER BENEFÍCIOS) OU NEGATIVO (ADVERSO), E PODE PROPORCIONAR ÔNUS OU BENEFÍCIOS SOCIAIS. AVALIE O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DOS PROCEDIMENTOS DA MENSURAÇÃO DE GASTOS PARA GERENCIAR OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS ATIVIDADES DAS EMPRESAS AO MEIO AMBIENTE.	INSUFICIENTE = 1	8	17%
	POUCO SUFICIENTE = 2	15	32%
	REGULAR = 3	11	23%
	SUFICIENTE = 4	11	23%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q31: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A MENSURAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS?	INSUFICIENTE = 1	10	21%
	POUCO SUFICIENTE = 2	17	36%
	REGULAR = 3	9	19%
	SUFICIENTE = 4	10	21%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q32: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE OS REGISTROS NA CONTABILIDADE DOS ATIVOS AMBIENTAIS?	INSUFICIENTE = 1	7	15%
	POUCO SUFICIENTE = 2	18	38%
	REGULAR = 3	13	28%
	SUFICIENTE = 4	8	17%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q33: AVALIE O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DAS AÇÕES DE DESTINAÇÃO RECICLAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PELAS EMPRESAS.	INSUFICIENTE = 1	2	4%
	POUCO SUFICIENTE = 2	17	36%
	REGULAR = 3	13	28%
	SUFICIENTE = 4	14	30%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q34: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE AS QUESTÕES ATINENTES AOS CRÉDITOS DE CARBONO?	INSUFICIENTE = 1	7	15%
	POUCO SUFICIENTE = 2	19	40%
	REGULAR = 3	14	30%
	SUFICIENTE = 4	6	13%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q35: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DA LEGISLAÇÃO E FUNCIONALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DO ICMS ECOLÓGICO?	INSUFICIENTE = 1	12	26%
	POUCO SUFICIENTE = 2	24	51%
	REGULAR = 3	6	13%
	SUFICIENTE = 4	4	9%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q36: AVALIE O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE COMO AS EMPRESAS PODEM OBTER VANTAGENS COMPETITIVAS GRAÇAS A MELHORIAS CONCRETAS NA GESTÃO AMBIENTAL (MARKETING / GOODWIL).	INSUFICIENTE = 1	9	19%
	POUCO SUFICIENTE = 2	19	40%
	REGULAR = 3	12	26%
	SUFICIENTE = 4	6	13%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%

(Continua...)

(Conclusão)

TABULAÇÃO DOS DADOS			
QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO	nº	%
CONHECIMENTO EM CONTABILIDADE AMBIENTAL			
Q37: COMO O (A) SENHOR (A) AVALIA A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL PARA A SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL?	INSUFICIENTE = 1	1	2%
	POUCO SUFICIENTE = 2	15	32%
	REGULAR = 3	18	38%
	SUFICIENTE = 4	10	21%
	EXCELENTE = 5	2	4%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%
Q38: QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE OS REGISTROS NA CONTABILIDADE DOS CUSTOS AMBIENTAIS?	INSUFICIENTE = 1	5	11%
	POUCO SUFICIENTE = 2	21	45%
	REGULAR = 3	10	21%
	SUFICIENTE = 4	10	21%
	EXCELENTE = 5	0	0%
	NENHUMA RESPOSTA	1	2%

Fonte: Da autora (2015).

APÊNDICE D - Correlação de *Spearman*

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19
Q1	1,000																		
Q2	,420"	1,000																	
Q3	-,212	,346"	1,000																
Q4	,263	,203	-,208	1,000															
Q5	-,086	-,016	-,158	-,218	1,000														
Q6	,071	-,171	,113	,221	-,110	1,000													
Q7	,335"	,179	-,232	,105	,376"	-,091	1,000												
Q8	,669"	,496"	-,147	,039	-,077	,020	,223	1,000											
Q9	,105	,199	-,203	-,222	,144	-,061	,162	,199	1,000										
Q10	-,184	-,117	,298"	,343"	,224	,027	,091	-,071	-,027	1,000									
Q11	-,210	,335"	,079	-,212	,318"	,013	,156	-,281	-,067	,384"	1,000								
Q12	-,192	-,286	,045	,360"	,014	-,053	,046	-,096	,157	,292"	,565"	1,000							
Q13	-,119	,140	,313"	-,050	,127	-,043	-,091	,006	-,043	-,034	,403"	,120	1,000						
Q14	-,185	,195	,102	-,004	-,007	,147	,138	-,058	-,073	,026	-,199	-,189	,085	1,000					
Q15	-,133	,036	,126	-,197	,047	-,214	,103	-,084	,053	,424"	,357"	,357"	,028	-,004	1,000				
Q16	,188	,147	-,097	,056	-,185	,085	-,046	,128	,028	,489"	,337"	,368"	,003	,145	,566"	1,000			
Q17	,098	,108	-,119	-,043	-,125	,114	-,017	-,012	,024	,321"	-,270	,353"	-,074	,195	,490"	,856"	1,000		
Q18	,183	,063	-,077	-,008	-,096	,132	,008	,111	,028	-,246	,381"	,430"	-,231	,231	,565"	,745"	,790"	1,000	
Q19	,111	,367"	-,167	-,009	-,165	,088	,329"	,238	,080	-,212	,448"	-,185	-,059	,160	,396"	,387"	,372"	,497"	1,000
Q20	,226	,176	-,187	-,048	-,026	,045	-,043	,133	,043	,360"	,395"	,363"	-,061	,063	,622"	,756"	,807"	,780"	,539"
Q21	,111	,080	,004	-,049	-,130	,011	-,093	,079	-,018	,328"	,371"	,468"	-,114	,184	,632"	,781"	,744"	,791"	,497"
Q22	,258	,076	-,106	-,055	,036	,078	,126	,053	-,040	-,253	,355"	,425"	-,239	,182	,505"	,634"	,739"	,802"	,454"
Q23	,208	,042	-,111	-,172	-,211	,100	-,067	,119	-,020	-,256	,373"	,330"	-,132	,163	,500"	,632"	,709"	,769"	,580"
Q24	,203	,063	-,142	-,158	-,183	,064	-,080	,109	-,016	,391"	,420"	,354"	-,124	,166	,528"	,738"	,706"	,764"	,494"
Q25	-,011	-,177	,182	-,267	-,038	-,056	-,063	-,074	-,111	-,247	-,242	,328"	-,234	,155	,441"	,563"	,621"	,606"	,281
Q26	,067	-,117	,132	-,236	-,197	-,022	-,168	-,093	,347"	-,177	-,247	-,235	-,180	-,039	,354"	,379"	,413"	,407"	,323"
Q27	,221	,092	,022	-,130	-,225	,015	-,071	,084	-,271	-,106	-,253	-,195	-,093	,087	,337"	,409"	,487"	,494"	,449"
Q28	,261	,112	-,175	,083	-,224	,094	-,105	,024	-,187	,292"	,327"	,388"	,014	,113	,468"	,761"	,706"	,633"	,484"
Q29	,233	,182	,058	,075	-,187	,108	,177	,074	-,111	-,166	-,276	,336"	,313"	,056	,309"	,425"	,426"	,463"	,268
Q30	,243	,260	-,001	,106	-,080	,207	,108	,114	-,022	,347"	,314"	,450"	-,207	,178	,420"	,630"	,630"	,644"	,469"
Q31	,270	,317"	-,025	,123	-,090	,109	,075	,097	-,096	,411"	,295"	,399"	-,049	,188	,388"	,625"	,582"	,509"	,536"
Q32	,236	,295"	-,046	,157	-,131	,052	-,013	,099	-,111	,506"	,395"	,444"	-,060	,183	,484"	,611"	,522"	,546"	,529"
Q33	,206	,282	-,035	,099	-,190	,011	,085	,086	,033	,368"	,370"	,444"	,005	,077	,539"	,646"	,544"	,520"	,485"
Q34	,248	,160	-,016	,024	-,131	,107	,110	,145	,000	-,045	-,100	-,250	-,073	,189	,501"	,495"	,562"	,594"	,476"
Q35	,286	,236	-,216	,121	-,011	,105	-,018	,151	-,029	,311"	,346"	,598"	-,073	,173	,548"	,647"	,710"	,704"	,491"
Q36	,256	,375"	-,083	,186	-,076	,022	,076	,158	-,191	-,225	,364"	,539"	-,162	,314"	,448"	,479"	,566"	,602"	,515"
Q37	,278	,179	-,208	,217	,031	,228	-,034	,203	-,274	-,120	-,196	,350"	,045	,088	,306"	,329"	,185	,276	,389"
Q38	,321"	,331"	-,242	,124	-,162	,008	,128	,129	-,017	,309"	,355"	,517"	-,067	,159	,455"	,682"	,641"	,683"	,490"

(Continua...)

(Conclusão)

	Q20	Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30	Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38
Q1																			
Q2																			
Q3																			
Q4																			
Q5																			
Q6																			
Q7																			
Q8																			
Q9																			
Q10																			
Q11																			
Q12																			
Q13																			
Q14																			
Q15																			
Q16																			
Q17																			
Q18																			
Q19																			
Q20	1,000																		
Q21	,783"	1,000																	
Q22	,792"	,818"	1,000																
Q23	,701"	,664"	,795"	1,000															
Q24	,749"	,688"	,743"	,903"	1,000														
Q25	,552"	,677"	,643"	,673"	,732"	1,000													
Q26	,441"	,446"	,589"	,731"	,692"	,577"	1,000												
Q27	,525"	,440"	,655"	,769"	,665"	,468"	,826"	1,000											
Q28	,671"	,658"	,670"	,735"	,790"	,490"	,581"	,667"	1,000										
Q29	,356"	,402"	,471"	,477"	,484"	,385"	,591"	,638"	,522"	1,000									
Q30	,591"	,672"	,673"	,592"	,649"	,593"	,436"	,461"	,606"	,646"	1,000								
Q31	,516"	,556"	,603"	,605"	,642"	,529"	,492"	,551"	,712"	,639"	,866"	1,000							
Q32	,533"	,583"	,644"	,650"	,709"	,526"	,589"	,649"	,707"	,624"	,785"	,906"	1,000						
Q33	,619"	,701"	,603"	,606"	,592"	,484"	,500"	,568"	,645"	,595"	,711"	,713"	,758"	1,000					
Q34	,575"	,675"	,604"	,543"	,469"	,459"	,316"	,453"	,529"	,518"	,603"	,577"	,562"	,642"	1,000				
Q35	,694"	,786"	,768"	,651"	,637"	,549"	,382"	,439"	,700"	,423"	,663"	,602"	,635"	,612"	,726"	1,000			
Q36	,616"	,703"	,717"	,535"	,509"	,516"	,391"	,530"	,565"	,507"	,756"	,674"	,654"	,614"	,674"	,768"	1,000		
Q37	,241	,353	,344	,328	,356	,218	,273	,370	,526"	,397"	,414"	,453"	,519"	,434"	,473"	,485"	,377"	1,000	
Q38	,628"	,701"	,747"	,753"	,734"	,510"	,585"	,651"	,775"	,620"	,683"	,735"	,784"	,752"	,674"	,730"	,697"	,513"	1,000

Fonte: Da autora (2015).